

A Escrita e a Norma cara ao Século XXI (*)

J. Henrique P. Rodrigues
(Universidade de Vigo)

0. Abstract: Hereby is presented an analysis of the different functions performed by writing systems in a linguistic standardisation programme (from a graphematic, strategic, and ideological point of view) in order to be applied to the writing system of the so-called Reintegrating norm of Galician, also known as AGAL norm or Galician Portuguese. Based on this analysis, we propose a series of guidelines that can be useful for language planners who may wish, eventually, to improve the proficiency in the norm usage, as well as for language planners from different language areas.

I. Prelúdios

Nos seus inícios, a norma da Associação Galega da Língua, também conhecida como norma AGAL e, mais modernamente, como norma reintegracionista, surgiu como expressão do desejo de certos sectores de intelectuais de ideologia nacionalista comprometidos com a língua de dar forma ao velho anseio do nacionalismo galego de recuperar a unidade perdida com o português, de modo a ampliar qualitativa e quantitativamente as possibilidades do galego. Encontramos a expressão deste desejo diafanamente exposta por boca de quase todos os grandes vultos do galeguismo: Pondal, Vicetto, Tettamancy, Murguia, Vilar Ponte, Dieste, Castelão, Biqueira, Paz Andrade, Guerra da Cal, Carvalho Calero... No entanto, as circunstâncias em que tivo de desenvolver-se o galeguismo até os próprios inícios dos anos oitenta impediram a consumação prática desse desejo. O carácter completamente marginal reservado ao galego na nossa sociedade, a carência de meios de alfabetização adequados, as próprias condições de isolamento a respeito do exterior e, nomeadamente, a respeito dos países lusófonos, determinavam que qualquer tentativa de fazer uso de um sistema gráfico diferente do castelhano, quando não inclusivamente oposto ao castelhano¹, fossem impensáveis naquelas condições. Mesmo os próprios intelectuais galegos careciam de suficiente contacto com o português como para estarem em condições de elaborar uma alternativa reintegracionista real². As primeiras tentativas práticas de provocar esta

¹ Falamos, por exemplo, da diferente pronúncia de certos grafemas em castelhano e galego-português: <j>, <g +e,i>..., etc.

² Um dos grandes problemas para a aproximação ao português era o carácter fonologista próprio do sistema gráfico do espanhol. A escolarização neste idioma provoca uma cosmovisão da representação gráfica em que se produz uma grande ligação entre fonemas e grafemas, de maneira que, transladada ao português essa cosmovisão, provoca o convencimento de que as diferenças da sua escrita a respeito da

aproximação tiveram lugar nos anos setenta por mão de certos intelectuais, como Guerra da Cal, o português Rodrigues Lapa, Monteiro Santalha..., sendo logo definitivamente elaboradas nos inícios dos anos oitenta polo Professor Ricardo Carvalho Calero e o grupo de intelectuais ao redor.

Há que dizer que desde o famoso artigo de Rodrigues Lapa «A Recuperação Literária do Galego», em que este autor convidava os galegos a aceitarem o português como uma língua «brindada em salva de prata», ao ser, segundo ele, o português literário actual «a forma que teria o galego se não o tivessem desviado do seu caminho próprio» (Lapa, 1973: 286), e como resposta à sensação de entreguismo³ que tal convite produzia nos intelectuais galegos e, sobretudo, no espanholismo sempre subjacente que fazia e fai ver ainda como tabu a «íntromissão portuguesa» aquém-fronteiras, tomou azos também naquela altura uma tradição isolacionista, materializada na resposta dada por Ramón Piñeiro ao grande autor de Anadia (Piñeiro, 1973). Trata-se de uma tradição intelectualmente mais pobre, como logo se acabaria tantas vezes demonstrando, e mui influída polo fonologismo no atinente à representação gráfica. A sua praxe supõe também, de feito, uma certa ignorância a respeito da própria história da língua e um sobranceamento do papel dos estudos dialectológicos na definição das características que deve ter uma norma linguística, com métodos de trabalho mais ajeitados para línguas sem tradição escrita de qualquer tipo que para uma língua como o galego, que já contava com uma tradição escrita e um padrão de uso na Idade Média.

escrita do espanhol reflectem justamente os aspectos diferenciais da pronúncia do português. Como a realidade fonética do galego é diferente da portuguesa, nem sequer se valorizava a possibilidade de realizar uma aproximação gráfica que não fosse acompanhada de uma aproximação ou assunção da pronúncia vigente em Portugal, o que, se é quase impossível nas condições actuais, mais o era naquela altura. Precisamente, como veremos, uma das grandes vantagens que trouxe consigo a norma da AGAL foi a constatação da possibilidade de grafar-se a pronúncia galega com uma ortografia comum à do português e que, por ter a sua origem no galego-português medieval, tanto podia ser considerada galega como portuguesa, com iguais fundamentos históricos, etimológicos ou de outro tipo. O momento em que se alcançou esse logro intelectual pode considerar-se realmente revolucionário para a cultura do nosso País.

³ Talvez o aspecto que provocou mais rejeição no artigo de Lapa não tenha sido a natureza das soluções concretas por ele propostas para a elaboração do padrão galego, mas a filosofia de fundo. A respeito de tal artigo, manifesta Francisco Rodrigues (1991: 39): «Sen pór en dúbidas as vantaxes do aportuguesamento do galego até os limites que non traicionen o espírito da lingua, compre que advirtamos que, na proposta de Lapa, late un concepto do problema culturalista, elitista, que non pon en correlación axeitada idioma e política; mais, esta correlación fai-na no viero da aceptación da ideoloxía dominante». Mais adiante, sentença: «A solución de Rodrigues Lapa de que escribamos en portugués, a esperanza de que non morrerá porque está viva a nosa lingua na sua filla universal, non soluciona os nosos problemas culturais como povo, como colectividade, nen pode consolar a ninguén que queira ver o seu idioma e cultura normalizados no seu contexto social. É, pois, unha solución individualista e culturalista. Como tal, unha falsa alternativa.» (Rodríguez, 1991: 40).

Neste contexto, a norma AGAL, bem como outras formulações surgidas dos mesmos princípios teóricos que logo acabaram desaparecendo em favor da formulação teórica da AGAL (por exemplo, as normas da ASPG de 1982), supõe a consecução definitiva de um projecto de aproximação ao português⁴ que não está concebido como uma subordinação do galego ao português de Portugal, distanciando-se assim do entreguismo denunciado pelos sectores isolacionistas desde a enunciação das formulações de Rodrigues Lapa. A proposta normativa que representa a norma AGAL consiste numa elaboração, desde a própria realidade linguística do galego, de um padrão que, sem renunciar aos aspectos genuínos da fala do País, recupera a sua ligação com o sistema linguístico no qual se acha inserido. A sua proposta baseia-se numa visão ampla do que é uma língua, como realidade composta por diversas variedades na qual há espaço para mais de uma norma sempre que seja convergente e respeitosa com as características «estruturais» do sistema. Esta formulação resultou, de início, mui atractiva e bem sucedida, porque não só supunha a verificação de que o galego, grafado adequadamente, como ordenava a sua história, não era já mais do que uma forma de português (ou, melhor ainda, de galego-português), mas evitava, como dixemos, qualquer sensação de entreguismo a respeito de Portugal. A presença de um padrão brasileiro também na língua comum ajudava a desviar esse perigo e assentava uma visão da língua despreconceituada, multifacetada, sem restobalhos eurocentristas ou centralistas —a diferença do exemplo do espanhol, determinante também de uma certa prevenção dos galegos frente a uma primazia portuguesa—, e sem único centro ou foco difusor. A posse de uma norma própria assegurava aos galegos a possibilidade de manterem a sua forte personalidade nacional reflectida na sua língua e, ao mesmo tempo, permitia a ampliação das suas possibilidades culturais até limites impensáveis para o comum em muitas línguas normalizadas. Mais ainda: a «descoberta» da escrita própria do galego assegurava também uma maior diferenciação a respeito do castelhano do que necessariamente podia permitir uma tradição que fazia uso dos princípios de representação gráfica da língua dominante. O galego aparecia, agora, como uma língua mais real, «mais língua», por assim dizer, e, ao mesmo tempo, ligada ao português e ao

⁴ A partir de agora preferiremos a expressão luso-brasileiro para referir conjuntamente as outras duas variedades do galego-português, em contraposição ao que poderíamos denominar, talvez, para evitar ambiguidades, variedade galaica. Entendemos que as denominações «galego» (pela sua origem) e «português» (por referência ao estado que dotou o idioma de projecção internacional) devem ser consideradas sinónimas, de igual modo que o são «castelhano» e «espanhol». Empregaremos ainda a expressão composta «galego-português», combinando ambos os critérios (cfr. «servo-croata»).

brasileiro, dotando-se de uma dimensão internacional que garantia a possibilidade real de concorrer com êxito frente ao espanhol.

Por todas estas razões, podemos considerar a norma AGAL como um dos grandes alcances intelectuais da história cultural galega e podemos valorizar o seu percurso como brilhante, sobretudo levando em consideração as condições em que se desenvolveu. A seguir, realizaremos uma pequena aproximação à sua história recente.

II. Primeira fase: Entroncamento com a tradição galeguista

Na história da norma AGAL pode enxergar-se uma primeira fase em que tem lugar uma espécie de tentativa por parte dos seus impulsores de situá-la como norma padrão do galego⁵. A fins dos anos setenta e inícios dos anos oitenta a mudança nas condições políticas provoca que se inicie a entrada do ensino do galego nos centros de educação e, em consequência, a necessidade de elaborar uma norma padrão, necessidade que até esse momento não era considerada prioritária. A pugna entre isolacionismo e reintegracionismo nesta altura é bem conhecida e o resultado da decisão política em favor do isolacionismo (que representa, adicionalmente, uma tendência clara à castelhanização do idioma) persiste infelizmente até os nossos dias.

Linguisticamente, as primeiras formulações da norma AGAL pretendiam ser continuadoras da tradição de cultivo literário do galego em ortografia espanhola iniciada no século anterior, concorrendo neste aspecto com as correntes isolacionistas. O próprio passado de pessoas que, como Carvalho Calero, eram figuras destacadas na tradição cultural galega em ortografia castelhana, era em parte também responsável por esta aproximação da norma AGAL aos usos gráficos e morfológicos do galego literário precedente. Dessa maneira, achamos nos usos e formulações deste primeiro período muitos elementos continuadores: alternativa *ca-* e *ga-* para os grupos QUA- e GUA- (*catro, gardar...*), emprego do sufixo *-ge* para os derivados de –AGINEM/-ATICUM

⁵ Esta tentativa adverte-se ainda após a aprovação da oficialidade das normas isolacionistas, no ano 1983, quando se publica o *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* (I.L.G.-R.A.G.). Mas já no ano 1985, quando tem lugar a publicação do *Prontuário Ortográfico Galego*, se percebe um abandono desta tentativa em favor do assentamento de uma tradição paralela à oficial.

(*paisage, garage...*), possibilidade de uso da alternativa *-ám* para *-ANUM* (*irmám, verám...*)⁶, formação dos plurais em *-ns* para o caso das terminações derivadas de *-ONES, -ANES, -ANOS* (*cançons, capitáns, veráns...*), realização —e acentuação— aberta dos *ee* e *oo* ante nasal explosivo (*ciéncia, óntico...*) ou a própria feição do dígrafo <mh>, que pretendia ser uma solução de compromisso entre o <nh>, empregado na escrita castelhana do galego para a representação do nasal velar em contexto intervocálico (*unha, alguma, nenhuma...*) e as correspondentes formas luso-brasileiras (*uma, alguma, nenhuma...*)⁷. Todos estes elementos, que achegavam em certa medida a norma AGAL à tradição que vinha representando o galego mediante a ortografia do castelhano, continuada desde o ano 1982 de modo oficial pelo isolacionismo linguístico, supunham, entretanto, um obstáculo para a sua funcionalidade como norma reintegracionista, pois, ainda que conseguiram inserir o galego novamente no diassistema linguístico galego-português, empeciam a normal circulação dos textos reintegracionistas nos países lusófonos e a dos textos luso-brasileiros na Galiza. O galego reintegracionista tão-só podia ser olhado nos países lusófonos como uma realidade mui próxima, como uma curiosidade étnico-linguística que provocava especial simpatia, mas as diferenças impediam que os livros escritos na norma de AGAL pudessem ser lidos comodamente por um português, um brasileiro ou um angolano de maneira fluída, porque afectavam a discricionariedade das palavras gráficas. Num texto português ou brasileiro há que procurar pelo miúdo as características específicas de cada uma das variedades, enquanto o texto galego já de início apresenta diferenças mui marcadas, como consequência da frequente reiteração no discurso dos traços linguísticos diferenciais e da forte dissimilaridade gráfica destes traços a respeito dos respectivos traços luso-brasileiros. A inteligibilidade mútua a nível escrito, pois, era possível, mas «incómoda».

III. Segunda fase: aproximação ao luso-brasileiro

⁶ Precisamente a possibilidade de usarem-se as formas ocidentais em *-am/-ans*, diferenciais a respeito do luso-brasileiro, com diferença ao que acontece no caso das formas centro-orientais *-ao/-aos*, é umha concessão à tradição literária precedente, que se tinha decantado nos anos setenta pelas primeiras.

⁷ Na praxe, contudo, a escolha não parece mui feliz, pois os leitores formados na ortografia galego-portuguesa tendem a confundir <mh> com <nh> (= /ɲ/) nos processos de leitura fluída. Na leitura fonológica ou independente não sabem bem a qual pronúncia, própria ou alheia, deve ser associado.

No momento em que foi deixada de parte a possibilidade de difundir a norma AGAL através dos canais «oficiais» da cultura galega, que, desde então, ficaram absolutamente fechados para o reintegracionismo, optou-se, implicitamente, aproveitando a força que as expectativas de socializar tal norma tinham gerado — expectativas que tinham movido mais esforços do que algumas línguas minoradas da Europa⁸ —, por consolidar uma tradição de uso alternativa à oficializada. Tratava-se, em certa medida, de criar uma cultura paralela, com uma tradição literária própria e com aspirações a concorrer com a cultura oficial.

Pode-se afirmar que, desde então, nasceu na Galiza uma nova realidade, pois, de feito, tivo lugar a consolidação (apesar das condições adversas em que se produziu) de um *corpus* literário e cultural expressado na língua do País fazendo uso da escrita galego-portuguesa. As rápidas evoluções produzidas espontaneamente, desde aquele momento, nas concepções linguísticas desse movimento são mais uma prova de que este se converteu num movimento vivo, numa realidade inegável que se acha plenamente inserida na cultura do País. E é que, com efeito, desde o momento em que se optou pela via alternativa, pela criação de uma tradição paralela, por assim dizer, abandonando as tentativas de influir na criação ou modificar o padrão do galego adoptado oficialmente pelo governo autónomo, tivo lugar um deslizamento evidente em direcção a uma maior confluência com as outras duas variedades da língua comum. Esta evolução cronológica adverte-se, por exemplo, consultando a mesma revista *Agália*, na qual se percebe como esse deslizamento cara ao luso-brasileiro se produz sobretudo nos números publicados desde os inícios da década de noventa.

Desde o primeiro momento, optou-se por aquelas formas mais achegadas ao luso-brasileiro ali onde as formulações da norma AGAL o permitiam, de maneira que as alternativas de tipo *-ao*, *qua-*, *gua-*, *-gem* (*irmao*, *quatro*, *guardar*, *garagem...*) e outras, tornaram-se aginha hegemónicas. Isto viu-se logo reflectido nos próprios manuais elaborados pela Associação Galega da Língua, que no seu *Prontuário Ortográfico Galego* (1985) recolhe já as formas em *qua-* e *gua-* como preferentes. Mesmo algumas «concessões» à realidade da fala do País, como a possibilidade de usar-se a contracção

⁸ Naqueles primeiros tempos boa parte dos docentes, pelo menos os encarregados do ensino do galego, sentia-se perto das reivindicações expressadas pelo reintegracionismo.

da preposição *com* com os artigos determinados (*co, coa, cos, coas*) e, sobretudo, com os indeterminados (*cum, cumha, cuns, cumhas*), são absolutamente minoritárias ou simplesmente inexistentes no terreno do uso efectivo.

Mas, aginha, a rápida deriva experimentada em direcção a uma maior confluência com o luso-brasileiro acabou por provocar tensões, ao produzir-se rapidamente, da parte de uns, o absoluto abandono de qualquer sinal distintivo de identificação da língua escrita com a Galiza, procurando uma total confluência com o português de Portugal, e, da parte de outros, uma reacção em favor da conservação dos elementos próprios que fossem legítimos na variedade galega, mantendo certas diferenças que a continuassem a caracterizar como fala própria do País, justificando uma elaboração autónoma.

IV. A tensão entre integração e reintegração.

Denominamos aqui **integração**, seguindo a terminologia proposta por Outeiro (1999), o tipo de aproximação ao luso-brasileiro pretendida por aqueles usuários que, partindo a miúdo da norma AGAL, acabaram por renunciar ao uso de quaisquer traços característicos galegos na linguagem escrita e abandonaram definitivamente tal norma, pretendendo criar uma nova tradição linguístico-cultural na Galiza continuadora da de Portugal. Uma consequência de tal posicionamento é que, ao renunciarem à representação de traços característicos galegos, a aproximação pretendida foi realizada principalmente em favor da variedade portuguesa, partindo ainda de uma concepção monocêntrica derivada do exemplo que supunha o modelo de padronização do espanhol. Na visão de muitos destes usuários, e não sem a participação de uma certa dose de eurocentrismo, as diferenças que apresenta o português do Brasil seriam principalmente «desvios» ou «licenças», mais ou menos injustificadas, frente a uma norma central de base portuguesa. Porém, este ponto de vista, compreensível tendo em conta o relacionamento e até a identificação de muitas destas pessoas com Portugal, é contrário tanto a respeito da realidade demográfica como a respeito da realidade cultural existente no seio da língua portuguesa a nível internacional, onde se experimenta um absoluto domínio da variedade brasileira. Neste contexto, aliás, o uso de uma das outras duas

variedades, a portuguesa ou a brasileira, é um uso necessariamente marcado num ou noutro sentido. A solução, por alguns pretendida, de aderirem a uns acordos ortográficos que ainda não estão aprovados e nos quais a Galiza nem tivo oportunidade de participar como parte interessada ao mesmo nível que os outros países, também não parece adequada, porquanto tal solução é facilmente olhada como uma renúncia ou como uma condição de subordinação. A ausência de traços característicos galegos no *corpus* gráfico, por outro lado, volta trazer a olhos de muitos usuários ou potenciais usuários a sensação de entreguismo que advertíamos a respeito da proposta de Rodrigues Lapa e que parecia superada, em parte, pela formulação endógena das propostas reintegracionistas. A característica principal das correntes integracionistas, segundo Diaz Fouces (1996: 111), é que obviam a elaboração da língua, entendendo elaboração no sentido proposto por Kloss (1967)⁹. Para o integracionismo: «...el problema es reduex a generar un discurs que justifiqui l'actitud d'arrecerar-se sota un sostre homogenètic. I el discurs, per la seva banda, es reduex a demostrar que és, precisament, un sostre homogenètic i no pas heterogenètic» (Diaz, 1996: 111).

Na verdade, dentro do que denominamos integracionismo cabe ainda diferenciar principalmente três posições (ou fases) diferentes, que denominaremos aqui, respectivamente: **integracionismo gráfico**, **integracionismo gráfico-fonético** e **integracionismo luso-brasileirista**. No primeiro caso estaríamos frente a um posicionamento, ainda basicamente reintegracionista, em que, ao ter-se ultrapassado o limite simbólico marcado pelas terminações <-om>/<-am> e, em menor medida, <-mh->, acaba-se produzindo, como consequência, uma posterior harmonização completa ou quase completa com a variedade lusitana¹⁰, aceitando uma presumível primazia desta variedade no mundo galego-português ou a identificação da variedade galega com ela. Já o integracionismo luso-brasileirista seria mais um passo no afastamento do ideal reintegracionista de consolidar uma norma galega da língua galego-portuguesa, ao assumirem uns acordos de que o galego não chegou a participar. Além disso, o carácter provisório destes acordos (ainda não foram aplicados e há impedimentos para que assim

⁹ Este conceito seria logo desenvolvido por Zarko Muljacič (vid. p.ex. Muljacič, 1995). Em Peres (2000) propugemos diferenciar entre elaboração convergente e elaboração divergente, para evitar a consideração da elaboração como um fenómeno necessariamente caracterizador de novas realidades linguísticas. Em qualquer caso, a elaboração convergente não deve ser confundida com a ausência de elaboração por assimilação a um padrão já consolidado, principal elemento caracterizador das correntes integracionistas.

¹⁰ Esta confluência chega a abranger elementos tão característicos e legítimos da variedade galega como o sistema verbal.

seja), bem como as soluções, em certos casos discutíveis, neles adoptadas, apontam para que o entreguismo denunciável em todas as teorias integracionistas em geral seja ainda maior que no caso do integracionismo gráfico. Finalmente, o que propomos denominar integracionismo gráfico-fonético, pretende a supeditação do galego à norma portuguesa como falar regional aberrantemente deformado pela pressão do espanhol. Na sua própria formulação esta concepção parece apostar na integração política da Galiza em Portugal, condição quase necessária para se produzir uma nivelção osmótica em favor do padrão lisboeta¹¹, o que é uma vontade extremamente minoritária e oposta à vontade geral do nacionalismo galego. Neste caso, o entreguismo transmitido por estas formulações, detentoras de uma função identitário-aproximativa a respeito de Portugal, e a rejeição provocada, é significativa¹², e não poucas vezes isto é aproveitado para atacar generalizadamente desde posições isolacionistas, de um modo interessado, a tradição cultural reintegracionista, que, porém, parte de pressupostos diferentes. Note-se, além disso, que o modelo de padronização que propugnam é o que poderíamos denominar «harmonização completa» a respeito de um suposto padrão monocêntrico, considerando e/ou apresentando este modelo como o único possível¹³, quando, na

¹¹ Se entendermos que a capacidade para elaborar um padrão linguístico estará mui ligada ao que poderíamos denominar ‘soberanização’ da sociedade em questão, quer dizer, à presença de um poder político emanado da própria sociedade que promove uma variedade linguística por cima das outras preexistentes, deveremos aceitar também que, a um nível básico, existe uma ligação evidente entre o reintegracionismo (bem como quaisquer outras correntes a propugnarem uma elaboração autónoma) e os modelos políticos que defendem a ‘soberanização’ da Galiza actual, quer seja sob fórmulas autonomistas, federalistas, confederalistas ou independentistas. As correntes que têm uma concepção da Galiza como parte inerente, quer à nação espanhola, quer à nação portuguesa, coincidem justamente em negar a elaboração autónoma do galego, ou seja, em última instância, a pertinência de um poder político soberano ou semi-soberano no País.

¹² A respeito disto são novamente de grande interesse os comentários de Diaz Fouces (1996: 111-112): «Aparentment, aquesta proposta activa totes les funcions de la llengua estàndard: unificadora (del diassistema), separatista (de la llengua de contrereferència), de marc de referència (amb totes les garanties d’una codificació consolidada) i de participació (per la condició del portuguès de llengua internacional de civilització). A la pràctica, tantmateix, ignora la complexitat del procés d’estandardització, suposant que una normativa (no tan sols ortogràfica) que per a Galicia encara és de laboratori es pot generalitzar fàcilment com a referencial per a un conjunt d’usuaris que va perdre fa cinc segles el contacte directe amb la (sub)comunitat que l’ha generada. Una proposta, en fi, que renuncia a buscar un punt d’equilibri entre normes prescriptives i descriptives.»

¹³ Na sua concepção mais «dura», o integracionismo atribui à padronização rígida de tipo monocêntrico umas certas virtudes, relacionadas com a dinâmica de conflito linguístico, que estão longe de ser demonstradas e que carecem de qualquer argumento que as justifique. Mais bem são o produto de confundir as causas com as consequências, pois, se bem que seja certo que a miúdo os poderes políticos solidamente estabelecidos tenderom a assentar padrões rigidamente monocêntricos (v.g. especialmente o caso do espanhol), nada fai supor que, polo contrário, os padrões monocêntricos podam constituir uma ferramenta eficaz, por si sós, sem a ausência desse poder político. Note-se que o domínio de um discurso a proclamar a unidade de acção e a consciência de falar uma única língua não está necessariamente relacionado com o carácter monocêntrico ou policêntrico do padrão em causa.

realidade, não existe qualquer tipo de consenso sobre esta questão. Hudson, por exemplo, diz a respeito:

However, there is ample scope for debate and disagreement about the *desirability* of certain aspects of standardisation. For instance, it is no essential either that standardisation should involve matters of *pronunciation* as well as of writing... or that the standard language should be presented as the only 'correct' variety (a point argued by many linguists and sociolinguists...) Moreover, a policy suitable for one community may not fit another, so great care, sensitivity, wisdom and knowledge are needed for success in any standardisation programme [...] (Hudson, 1980: 33-34).

Mas, desde dentro do próprio movimento **reintegracionista**, a oposição que supunha a aparição desta nova realidade não conseguiu frear o deslizamento para uma maior confluência gráfica com o luso-brasileiro. No ano 1989 tem lugar um momento interessante do debate entre integracionistas e reintegracionistas, ao produzir-se a circunstância de alguns sócios, ainda da AGAL, enviarem à *Comissom Lingüística* da associação um relatório requerendo o uso generalizado do til e pretendendo, desse modo, neutralizar os sinais mais característicos e emblemáticos da norma galega: as terminações <-om>/<-am>. A resposta da Comissão foi contrária às demandas expressadas polos assinantes, ainda que passou a reconhecer a possibilidade de o til ser usado opcionalmente nas palavras em que o seu emprego é etimológico na variedade galega, especialmente nas terminações derivadas de -ANU(M), -ANA(M), -ANOS, -ANAS, -ANES, -ONES (*irmão, irmã, irmãos, irmãs, capitães, soluções*)¹⁴. Desde então, o seu emprego generalizou-se por completo nas publicações reintegracionistas, ajudado polo carácter supradialectal atribuído a estas formas, aspecto de que falaremos depois.

Nem sequer o relativo esmorecimento experimentado desde então pola AGAL, que parece ter cedido nos últimos tempos parte do protagonismo às numerosas associações de base e colectivos que surgiram por todo o País assumindo a norma AGAL como elemento veicular, conseguiu frear a deriva cara ao luso-brasileiro¹⁵. A realidade é que, mesmo sem quebrar o limite psicológico que supõem as terminações <-

¹⁴ A réplica ao ditame da *Comissom Lingüística*, num dos episódios mais obscuros da Associação, parece ter sido suprimida das actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-portuguesa na Galiza, organizado pola AGAL (vid. Cupeiro, 1993).

¹⁵ Registra-se também, por outro lado, a existência de alguns usuários de filosofia integracionista a conceberem a norma AGAL como uma espécie de ponte para conseguir salvar «por fases» a grande distância existente entre o padrão lisboeta e a fala espontânea na Galiza.

om>/<-am>, muitos usuários continuaram a avançar em direcção ao luso-brasileiro por sua própria conta, esticando os limites marcados pelas últimas publicações da Comissom Lingüística da AGAL, cujo estado de hibernação justificava ainda mais, se cabe, a liberdade para o usuário realizar inovações desde dentro dos limites e do espírito da norma reintegracionista.

Na actualidade, e sempre aceitando a existência de um *continuum* nos usos gráficos, no sentido sugerido por Álvarez & Herrero (1996), podemos afirmar que, basicamente, são usadas duas normas reintegracionistas: uma norma que poderíamos denominar «reintegracionista avançada» e outra que poderíamos denominar «reintegracionista clássica». A fronteira simbólica entre as duas estaria marcada pelo uso do til na formação dos plurais (*naçōes*) frente à forma mais tradicional em <-ns> (*naçons*), prévia ao ditame presente no relatório da Comissom Lingüística (vid. *Agália*, n.19) de que falamos acima. A primeira parece ser maioritária actualmente no uso dos reintegracionistas.

V. Factores grafológicos

Achamos que uma análise em profundidade dos factores de tipo grafológico envolvidos na representação do galego poderia contribuir para explicar não só o comportamento do reintegracionismo lingüístico nos últimos anos, como também para entender melhor o próprio debate normativo na Galiza que, não o esqueçamos, é mui principalmente um debate ortográfico. O fonologismo, característico da cosmovisão lingüística propiciada pelo contacto com o espanhol, fornece uma imagem da língua em que é priorizado absolutamente o papel da fala frente à escrita e é olhado como erro ou imperfeição da escrita qualquer desvio por parte desta que suponha a perda desta biunivocidade¹⁶. Trata-se de uma biunivocidade baseada na identidade a nível fonológico, na correspondência fonema-grafema.

¹⁶ Noutras culturas, caracterizadas por apresentarem outros modelos de representação gráfica, o relacionamento da fala e da escrita é olhado de maneira diferente. A portugueses e brasileiros, por exemplo, acostuma parecer obsessiva qualquer pretensão de «escrever como se fala», pois na sua concepção da representação gráfica não é requerida uma vinculação tão grande entre uma e outra dimensão, consideradas diferentes e independentes por própria natureza. No mundo anglo-saxónico, como informa Sampson (1997), passa-se algo mui similar, acrescido talvez, de maneira que nestas duas culturas à escrita atribui-se uma maior importância que no mundo cultural hispânico. Sampson (1997:

Em Peres (1999) destacamos que tanto o galego-português como o espanhol possuíam modelos de representação mui próximos, que classificávamos em ambos os casos como de tipo AD-O>E/AI-E>O, ou seja, de **acesso dependente da fala para a escrita** e de **acesso independente da escrita para a fala**, sendo considerada a dependência ou independência do acesso como derivada da intervenção ou não intervenção de unidades linguísticas suprafonológicas na vinculação. Por isso, neste trabalho, almejando uma maior clareza na exposição, denominaremos **acesso suprafonológico** o acesso dependente e **acesso fonológico** o acesso independente. Noutras palavras, poderemos dizer, pois, com maior precisão, que o galego-português e o espanhol estão orientados cara a um acesso suprafonológico —sobretudo o galego-português— da fala para a escrita (polirrepresentação) e cara a um acesso fonológico —sobretudo o espanhol¹⁷ — da escrita para a fala (monovalência).

Denominamos vinculação (ou acesso) a relação que necessariamente estabelece qualquer sistema gráfico natural entre a fala e a escrita e que é imprescindível para que podamos estar a falar em representação gráfica¹⁸. Existem duas direcções para essa vinculação: **da fala para a escrita** (p.ex. a transcrição de um texto oral) e **da escrita para a fala** (p.ex. a leitura em voz alta de um texto escrito). Não obstante, como veremos posteriormente, embora estes dous acessos sejam necessariamente «praticáveis» em qualquer sistema gráfico e definam as suas características e a sua orientação, não devemos pensar em absoluto que os actos de leitura e de escrita dependam necessariamente deles em todos os casos. Veremos também como, quando estabelecida a vinculação entre a fala e a escrita, habitualmente o acesso à escrita realizará-se prescindindo da fala e o acesso à fala, obviamente, realizará-se prescindindo da escrita.

300), por exemplo, destaca como nos países anglo-saxónicos não haveria lugar para a publicação de livros de vulgarização dos princípios fonologistas, como acontece nos países hispânicos. O extremo contrário ao ponto de vista das culturas que atribuem primazia à fala sobre a escrita constituiria-o a civilização chinesa. Em chinês, como sabemos, não existe qualquer biunivocidade entre a expressão falada e a representação gráfica e, em consequência, qualquer discrepância entre uma e outra resolve-se por referência à escrita. Falando de modo geral, podemos afirmar que, em muitos aspectos, o papel da fala está subordinado ao papel da escrita na cultura chinesa.

¹⁷ O sistema gráfico do espanhol é absolutamente fonológico ou monovalente na direcção E>O se aplicado à fonologia do espanhol castelhano, mas apresenta casos de multivalência se é aplicado ao galego, tais como a representação ambígua da abertura vocálica ou a multivalência do grafema <x>.

¹⁸ No caso de não existir tal vinculação estaríamos perante outra realidade, que Sampson (1997) denomina semasiografia. Mesmo no caso de um modelo de representação como o chinês é perceptível claramente tal ligação, embora baseada no plano do significado.

No primeiro tipo de vinculação proposto, **da fala para a escrita**, tanto o modelo de representação do espanhol como o do galego-português¹⁹ são dependentes ou suprafonológicos, embora mais este último. Na transcrição de um texto oral verificamos como as regras de aplicação do sistema gráfico têm de ser completadas, tanto em espanhol como em português, pelo conhecimento efectivo da língua a um nível suprafonológico para podermos transcrever o texto do modo considerado convencionalmente correcto²⁰. Dessa maneira, por exemplo, o falante sabe que a palavra *homem* (ou *hombre* no caso do espanhol) deve ser grafada com <h-> inicial mercê da identificação prévia que realiza de tal unidade lexical e do conhecimento que tem da representação gráfica a ela por convenção atribuída. Sem participar desse conhecimento linguístico a nível lexical nada impediria que a representação gráfica fosse realizada <omem> (ou <ombre>) em vez de <homem> (ou <hombre>), quer dizer, não existem quaisquer regras internas nos sistemas de representação gráfica galego-português e espanhol que definam quando se deve representar o fonema /o-/ como <o-> ou como <ho-> sem recorrer ao conhecimento que o falante tem do sistema linguístico a um nível mais elevado que o simplesmente fonológico, quer dizer, num plano em que intervém tanto o significante como o significado. A relação entre a sequência de fonemas /'ɔme(ŋ)/ (ou /'ombre/) e a sequência de caracteres <homem> (ou <hombre>) realiza-se necessariamente, pois, num plano superior ao fonológico, neste caso a nível lexical. Vejamos um outro exemplo: a vinculação entre as sequências orais /'ʃeit/ ou /'ʃekt/ (correspondentes ao morfema /JECT/ e aos seus alomorfes *jeit* ou *ject*, presentes em expressões como *jeito*, *sujeito*, *projecto*, *trajecto*, *rejeitar*...) e as respectivas representações gráficas exige, por parte do usuário, uma competência morfológica ou morfolexical em galego-português. Sem essa competência, sem a capacidade de identificar o morfema em causa, o falante ficaria vacilando entre escrever *jeito* ou **geito*, *projecto* ou **progetto*..., pois as regras que são aplicadas a tais escolhas operam a um nível superior ao simplesmente fonológico.

¹⁹ No sucessivo, se não se mencionar o contrário, referiremos como galego-português a norma AGAL, tal e como está recolhida na segunda edição do *Estudo Crítico* (1988).

²⁰ É importante não deduzir desta afirmação, como veremos, que o acesso suprafonológico seja uma espécie de complemento do acesso fonológico, pois mais bem acontece o contrário. No caso do leitor que realiza uma leitura de tipo fluído o acesso fonológico reserva-se normalmente para a pronúncia das palavras desconhecidas ou de uso mui pouco frequente.

A nível fonológico diz-se-nos, por exemplo, que não podemos grafar <g> perante <a>, <o> ou <u> se desejamos que a pronúncia se corresponda com o fonema /ʃ/. No entanto, a decisão de empregar <g>, <j> ou <x> perante <e> ou <i> requer do usuário conhecimentos de tipo suprafonológico. As regras que indicam que em galego-português seria incorrecto transcrever o fonema /r/ com <rr-> em posição inicial de palavra *<rrato>, mas que devemos empregar o erre simples nessa posição <rato>, funcionam directamente a nível fonológico. Não é preciso, pois, conhecer o significado da palavra em causa para saber como ela deve ser grafada. Perante uma expressão oral imaginária, como /'rage/, o usuário não precisa mais do que conhecer o sistema gráfico galego-português e as regras que o ligam ao sistema fonológico para representar tal expressão do único jeito possível na nossa língua: <rage>. Pode mesmo nem conhecer a língua. Formas como <rrage> seriam contrárias às regras de vinculação fonema-grafema e formas como <rage> colidiriam com outras representações, remetendo para pronúncias diferentes. Porém, noutros casos, a relação entre a expressão falada e a escrita tem lugar, como vimos, noutra nível. Perante uma expressão oral conhecida pelo usuário, como /'jeso/, o acesso fonológico somente nos diz que devemos grafar de alguma das seguintes maneiras: <jesso>, <jeso>, <xesso>, <xeso>, <gesso> ou <geso>. Mas existem regras de tipo suprafonológico (neste caso de tipo lexical) que nos informam de que a representação correcta é a penúltima das propostas: <gesso>. O modelo de representação do galego-português apresenta, como sabemos, uma dimensão suprafonológica algo superior à do espanhol no acesso da fala para a escrita, por apresentar mais casos de multirrepresentação gráfica. Os sistemas gráficos do inglês e do francês apresentariam uma dimensão suprafonológica muito maior neste tipo de acesso e o do chinês chegaria ao cúmulo das possibilidades neste sentido, pois nessa língua qualquer vinculação deve ser efectuada sempre a nível lexical.

Na outra direcção, **da escrita para a fala**, verificamos que tanto o galego-português, em princípio, como o espanhol, possuem sistemas de representação caracterizados pela independência (AI-O>E) ou, o que é o mesmo, por permitirem um acesso de tipo fonológico (monovalente). Em espanhol qualquer palavra escrita pode ser lida em voz alta de modo certo sem recorrer mais do que às regras de vinculação do sistema gráfico com o sistema fonológico, o que evidentemente não implica que seja comum fazê-lo assim. O mesmo acontece, geralmente, em galego-português e até em

francês, mas não em inglês. Nesta última língua a pronúncia de uma palavra escrita não está assegurada definitivamente por qualquer regra de tipo fonológico, sendo precisos conhecimentos de tipo suprafonológico (morfológicos, lexicais ou inclusivamente sintácticos²¹) para realizar uma vinculação correcta. O cúmulo desta tendência, novamente, estaria representado pelo modelo do chinês. Qualquer tentativa de ler um texto em chinês implica o conhecimento efectivo da língua chinesa a nível lexical. De feito, a completa desvinculação da escrita chinesa a respeito da realidade fonológica da sua língua permite que essa mesma escrita seja usada para representar línguas tão diferentes em todos os aspectos como pode ser o caso do japonês, se bem que neste caso mediante o auxílio de dous silabários, chamados *kana* (*hiragana* e *katakana*), que são empregados para a indicação das desinências das palavras e dos termos estrangeiros.

Outro caso interessante é o das línguas semíticas, como o hebreu ou o árabe. Como na sua escrita não existe a tradição de representar as vogais, o acesso da escrita para a fala tem de ser necessariamente suprafonológico. São sistemas gráficos totalmente polivalentes. A pessoa que lê em voz alta um texto em língua árabe ou hebraica tem de restituir as vogais em função do contexto gramatical ou lexical em que se acham inseridas as palavras. Postas as especiais características destas línguas, que concentram nas consoantes o significado lexical e nas vogais os significados gramaticais, isto não apresenta grande dificuldade, mas exige um conhecimento efectivo do léxico e, sobretudo, da gramática da língua.

Em geral, uma pessoa que conhecer a vinculação dos grafemas do francês ou do galego-português com as suas respectivas realidades fonológicas não terá qualquer dificuldade em realizar idealmente uma pronúncia correcta de tais línguas, mesmo sem conhecer nem a sua gramática nem o seu léxico. Falharia, provavelmente, no caso do francês, em exemplos como os de *merchant* (/merʃã/) vs. *chantent* (/ʃãnt/), nos quais é preciso o conhecimento suprafonológico (morfolexical) da língua para determinar se a terminação <-ent> deve ser pronunciada «fonologicamente» ou se não é pronunciada por corresponder à terceira pessoa de plural de uma forma verbal. Outros casos especiais de *liaison* podem demandar mesmo conhecimentos de tipo sintáctico. Uma

²¹ Por exemplo, a pronúncia de uma expressão inglesa como <objective> realiza-se /ob'ʒektif/ se a palavra desenvolve função substantival ou /obʒek'tif/ se realiza função verbal, o que implica reconhecer a função sintáctica desenvolvida pela palavra.

ambiguidade que requer também um acesso de tipo suprafonológico da escrita para a fala (neste caso de tipo lexical) é o grafema <x>. Em galego-português a pessoa que ler um texto em voz alta terá de recorrer ao seu próprio conhecimento da língua para saber quando <x> corresponde a /ʃ/, como em *peixe*, ou a /ks/, como em *galáxia*. Com diferença ao caso do francês, que explicita o grau de abertura de todas as vogais, o galego-português (também e especialmente o galego-português isolacionista) fica ambíguo neste aspecto, sendo preciso um conhecimento lexical da língua por parte do hipotético leitor que quizer realizar uma pronúncia correcta de um texto em galego-português a apresentar este tipo de ambiguidades. Só o conhecimento lexical da nossa língua nos pode indicar se, perante uma expressão como <leque>, temos de pronunciar */leke/ ou /leke/. Neste aspecto o nosso sistema gráfico é multivalente.

Uma outra circunstância em que curiosamente não acostumamos reparar é na ambiguidade que apresentam todos os sistemas de representação de base fonográfica, próprios das línguas europeias, a respeito da tonalidade. No acesso da escrita para a fala a tonalidade tem de ser sempre «restituída» pelo leitor em base aos seus conhecimentos suprafonológicos (sintácticos) da língua. Sampson (1997) sinala esta circunstância e comenta como o feito de não sermos em geral conscientes desta «carência» nos nossos sistemas gráficos deriva justamente do feito de eles não no-la tornarem evidente. Noutras palavras, vemos a nossa língua principalmente através da nossa escrita. A ausência tradicional deste elemento nos nossos sistemas gráficos tem provocado que permaneça oculto à nossa atenção e que mesmo prescindamos por completo dele na leitura denominada «silenciosa»²², mas isso não significa que seja menos importante do que outros. Chega com advertir os muitos casos em que uma entoação adequada pode desfazer a ambiguidade presente num texto escrito, ou com repararmos no processo que acontece ao momento de ler-se um texto escrito em voz alta. A pessoa que destaca pela sua habilidade para recitar, declamar ou pronunciar discursos é aquela que não se limita a ler uma após outra todas as palavras do texto escrito, mas que realiza uma verdadeira compreensão semântica dele, conseguindo «restituir», através dos seus conhecimentos linguísticos prévios, as tonalidades adequadas à mensagem pronunciada. É aquela

²² De feito esta leitura é a que se corresponde mais habitualmente com a leitura fluída, que se caracteriza por não apresentar qualquer intermediação fonológica.

pessoa que tem em conta a polivalência do sistema gráfico a respeito deste traço supra-segmental²³.

Em suma, pois, existem modelos de representação gráfica que baseiam o acesso da fala para a escrita total ou principalmente em unidades da primeira articulação (fonemas) e existem modelos que o baseiam total ou principalmente em unidades da segunda articulação (unidades suprafonológicas: morfemas, lexemas,...). O mesmo pode ser dito a respeito do acesso da escrita para a fala.

Neste ponto é importante fazer constar que enquanto **todo acto de leitura ou de escrita fluída está baseado na apreensão ou produção imediata de unidades da segunda articulação**, com independência da natureza específica do sistema gráfico em questão, nem todos os sistemas gráficos permitem a vinculação directa às unidades da primeira articulação (v.g. o chinês), ficando restrita a leitura ou escrita «fonológicas», nas línguas que as permitem, a situações concretas em que a funcionalidade que se procura é a de realizar precisamente uma vinculação efectiva entre a fala e a escrita; por exemplo, quando se deseja aceder à escrita apoiando-se na fala (**função transcritora**):

- a) No aprendizado da escrita por parte das crianças ou adultos que já conhecem a língua a nível oral (**função pedagógico-transcritora**). Procura-se um aprendizado da escrita baseado na transcrição —com intermediação fonológica— esperando que mediante a praxe se acabem gerando capacidades de representação logográfica, que são as que corresponderão à escrita fluída.
- b) Ao desejarmos transcrever uma palavra desconhecida que ouvimos oralmente ou um nome próprio: nomes e apelidos, topónimos... (**função de transcrição ocasional**).

Ou quando se deseja aceder à fala apoiando-se na escrita (**função partitural**):

- c) No aprendizado da leitura por parte das crianças ou adultos que já conhecem a língua a nível oral (**função pedagógico-partitural**). Procura-se um aprendizado da leitura baseado na soletração —com intermediação fonológica— esperando que mediante a praxe se acabem gerando capacidades de interpretação logográfica, que são as que corresponderão à leitura fluída.
- d) No aprendizado de línguas a través de manuais, gramáticas ou textos escritos em geral. É frequente no aprendizado de línguas estrangeiras (**função pedagógico-linguística**).

²³ A tonalidade é um factor que tem a sua transcendência na compreensão semântica da linguagem oral. A sua não representação na linguagem escrita é responsável por boa parte das diferenças entre o discurso oral e o discurso escrito. Noutras línguas sim é representada na escrita e, se não o fazemos na nossa, é por factores em princípio arbitrários.

- e) A pessoa que deseja empregar oralmente palavras ou expressões que incorporou a partir de textos escritos, quer sejam palavras de significado conhecido, quer desconhecido (**função partitural ocasional**).

Nestes cinco casos acima as escritas mais orientadas cara à primeira articulação mostram-se inicialmente superiores. O chinês e o inglês, por exemplo, não parecem nada jeitosos nestas cinco situações, como sabem bem as pessoas que tentam aprender inglês mediante cursos à distância ou como sabem também os próprios ingleses, que têm de soletrar a miúdo o seu apelido quando lhes é solicitado por via oral. O hebreu e o árabe mostram-se também pouco acaídos nas situações partituras, mas não a respeito dos actos de transcrição, onde até podem apresentar vantagens. O galego-português mostra-se, em geral, algo mais «torpe» que o espanhol, inicialmente, para os actos de transcrição e, também, com menor diferença, nas situações de tipo partitural.

No entanto, devemos ter presente que todos estes casos correspondem a situações concretas em que, como mencionamos, se apoia na fala o acto de produção escrita ou se apoia na escrita o acto de produção falada. Quer dizer, são **actos metalinguísticos** em que interessa que exista vinculação directa entre a fala e a escrita ao nível da primeira articulação. A tremenda ineficácia que apresenta uma língua como o chinês para realizar estas funções é boa prova de que elas não são (não podem ser) as funções centrais dos sistemas gráficos.

FUNÇÕES QUE DESENVOLVEM OS SISTEMAS GRÁFICOS NA GALIZA ^(**)				AGAL	Min.	Isol.	Integr.
Funções metalinguísticas	Funções transcritoras	Função de transcrição ocasional		3	4	4	3
		Função pedagógico-transcritora	P e d a g ó g i c a s	4	5	5	3
	Função pedagógico-partitural	4		5	5	3	
	Função pedagógico-linguística	5		4	4	3	
	Função partitural ocasional	4		4	4	3	
FUNÇÕES LINGUÍSTICAS		FUNÇÃO INTERPRETATIVA		4	3	2	5
		FUNÇÃO SIMBÓLICA		4	3	2	5

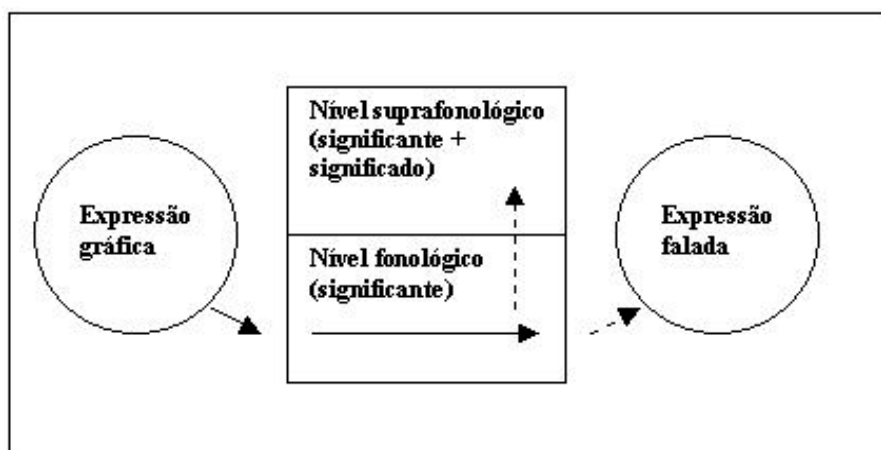
Funções estratégicas	Função supralectal		1	1	1	5	
	Funções estratégico-aproximativas	Função estratégico-aproximativa a respeito do luso-brasileiro	4	3	1	5	
		Função estratégico-aproximativa a respeito do espanhol	1	3	4	1	
	Funções de entroncamento	Função de entroncamento com o <i>corpus</i> literário medieval	5	1	1	4	
		Função de entroncamento com o <i>corpus</i> literário recente	3	4	4	2	
Funções ideológicas	Funções identitárias	Funções identitário-aproximativas	Função identitário-aproximativa a respeito de Portugal	3	2	1	1/(5)
			Função identitário-aproximativa a respeito da Lusofonia	5	2	1	1/(5)
		Função identitário-aproximativa a respeito da nação "espanhola"	1	2	5	1	
	Funções identitário-diferenciais	Função identitário-diferencial a respeito do espanhol	5	2	1	5	
		Função identitário-diferencial a respeito do luso-brasileiro	2	4	5	1	
		Função identitário-diferencial endogrupal	5	5	5	5	
	Função de reunificação linguística		5	3	1	5	
	Elenco de pontuações: 1 - Não realiza a função 2 - Realiza precariamente a função 3 - Realiza medianamente a função 4 - Realiza bem a função 5 - Realiza muito bem a função.						

Tabela II. Funções dos sistemas gráficos: As pontuações atribuídas são subjectivas e não têm por finalidade servir para a realização de valorizações nem comparações. A versão da norma AGAL considerada é a que denominamos «clássica» ou «inicial». A versão de integracionismo corresponde aos que denominamos «integracionismo gráfico» e ao «luso-brasileirismo».

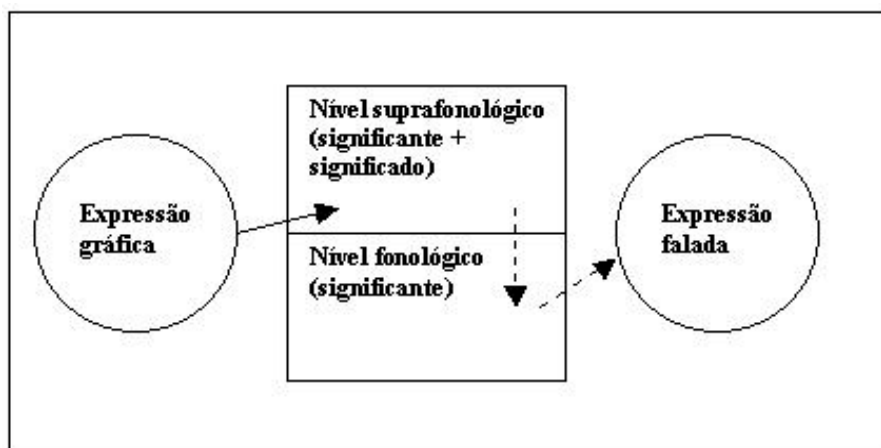
De modo geral, o que interessa é favorecer a discricionariedade a níveis suprafonológicos com o fim de estimular a apreensão ou produção «global» ou *gestáltica* de unidades da segunda articulação. Neste caso, estamos a falar de **actos verdadeiramente linguísticos**, que corresponderiam às funções centrais dos sistemas gráficos: a uma **função interpretativa**, no caso da leitura, e a uma **função simbólica**, no caso da escrita. Trata-se da escrita e da leitura que denominamos «dependentes» em Peres (1999) e nas quais tendem a ser processados directamente morfemas, palavras ou até frases inteiras sem necessidade de descompô-las nos seus constituintes de níveis inferiores. Estes processos cognitivos, comuns a muitos outros âmbitos da linguagem, recebem em psicolinguística o nome de processos *top-down* e têm por finalidade rebaixar ou aliviar a intensa carga de processamento que suporia praticar em todo o momento uma análise completa do material linguístico²⁴. Apoia-se no conhecimento

²⁴ O processo de tipo contrário, de tipo *bottom-up*, corresponderia à leitura na qual se juntam grafemas até identificá-los com seqüências de fonemas que, posteriormente, se identificam com as unidades da segunda articulação. Quer dizer, embora as regras que definem este tipo de processamento são mais simples (o número de fonemas é sempre muito menor que o de morfemas), o processamento é, por si mesmo, menos efectivo, ao requerer de uma intermediação fonológica.

experiencial prévio das unidades em causa e a sua efectividade vê-se acrescida pela discricionariedade alcançada pelas unidades da segunda articulação na sua representação. Quanto mais discretos forem os morfemas e as palavras, quanto menor for o risco de confundir uns e outros à *primeira olhadela*, mais rápida e efectiva será a sua identificação e antes poderá ser processada tal unidade e posta de parte a necessidade de esgotar a sua análise para proceder ao seu reconhecimento. As línguas que se apresentavam mais «torpes» nos actos de transcrição e partituras, aquelas que apresentavam maior discricionariedade gráfica e uma orientação mais ligada à segunda articulação, passam a ser as mais ajeitadas para este tipo de leitura e de escrita. Trata-se de uma leitura e de uma escrita que, polo conhecimento experiencial prévio requerido para que ela seja possível, é património dos leitores e escrevedores experientes. Nestes casos pode afirmar-se, com certeza, que as escritas pertencentes a línguas como chinês ou o inglês favorecem os interesses deste tipo de usuários, estimulando neles um maior rendimento e, mui provavelmente, facilitando a passagem desde as situações pedagógico-transcritoras e pedagógico-partituras até o que denominaremos (em harmonia com o resto da terminologia empregada) uma leitura e uma escrita **dependentes, suprafonológicas** ou, simplesmente, **linguísticas**, podêndomos fazer uso de qualquer dos três termos, pois que remetem desde diversas perspectivas para a mesma realidade.



Quadro I. Acto de leitura com intermediação fonológica: A interpretação do significado é opcional e não sempre possível. A reexpressão oral do material apreendido completaria um acesso ou vinculação (E>O) de tipo partitural.



Quadro II. Acto de leitura suprafonológica ou dependente: Ao prescindir-se da intermediação fonológica a apreensão é mais ágil e fluida. Pode aceder-se *a posteriori* ao nível fonológico em caso de pretender completar um acesso ou vinculação E>O (acto partitural). Nesse caso a efectividade verá-se limitada pela necessidade de conhecer previamente as unidades suprafonológicas. A interpretação do significado não é opcional.

Finalmente, num anterior artigo (Peres, 1999) mencionamos numerosos argumentos em favor das vantagens que, do ponto de vista estatístico, correspondem às escritas que favorecem a leitura suprafonológica, pois no mundo actualmente existem muitos mais leitores (e escrevedores) formados do que escrevedores (e leitores) em formação e, pela própria natureza pública da linguagem escrita, lê-se muito mais do que se escreve. Uma simples reflexão sobre estes aspectos faz com que tenhamos de admitir que a orientação suprafonológica de um sistema gráfico é no mundo actual mais proveitosa, em geral, do que a sua orientação fonológica, cujas vantagens se reduzem às cinco situações enumeradas acima, de tipo metalinguístico²⁵. Em qualquer caso, como também salientávamos então, corresponde a cada cultura, em função das suas necessidades, das suas preferências e, mui especialmente, da sua tradição e das características intrínsecas da sua língua, definir-se acerca do sistema gráfico conveniente para a representação da linguagem escrita.

Como conclusões desta longa epígrafe devemos ficar com as ideias seguintes:

- 1) O modo de leitura e de escrita mais habitual e normal nas sociedades actuais, com independência de quais forem as línguas ou sistemas gráficos envolvidos, prescinde da intermediação fonológica. Normalmente, lemos sem recorrer ao nosso conhecimento fonológico da língua e escrevemos de igual maneira²⁶.

²⁵ Isto deverá ser matizado, contudo, pelo que exporemos na epígrafe IX.

²⁶ Por isso não estamos obrigados a lembrar a cada momento, durante o processo de escrita, as regras ortográficas aplicáveis às palavras conhecidas e usuais — a maior parte do léxico que empregamos

- 2) A escrita do espanhol tende a favorecer a leitura e a escrita independentes ou fonológicas, próprias dos actos metalinguísticos de tipo transcritor ou partitural. Isto não significa que estas funções sejam protagonistas do uso que se faz normalmente da escrita do espanhol, mas informa-nos sobre uma certa orientação de tal escrita cara a essas funções à custa de uma menor orientação cara às funções linguísticas centrais de tipo interpretativo ou simbólico.
- 3) A escrita do galego-português está (algo) mais orientada cara à leitura e a escrita dependentes ou suprafonológicas, próprias das funções linguísticas interpretativa e simbólica da leitura e da escrita, respectivamente. Isto, em princípio, produz como resultado também uma (certa) menor orientação cara às funções metalinguísticas de tipo transcritor e partitural.
- 4) A leitura e escrita fonológicas estão ligadas à biunivocidade na relação entre fonemas e grafemas.
- 5) A leitura e escrita suprafonológicas estão ligadas à discricionariedade das unidades suprafonológicas (poderia formular-se também como uma biunivocidade entre unidades suprafonológicas e sequências gráficas).
- 6) A escrita galego-portuguesa comum apresenta, frente à espanhola, desvantagens no atinente às funções transcritoras, se bem que seja num grau não demasiado elevado, e, com diferenças ainda menores entre ambas, apresenta desvantagens no que diz respeito às funções partituras. Em qualquer caso, trata-se sempre de diferenças de muito menor entidade que as apresentadas por estes sistemas gráficos a respeito de outros muitos existentes.
- 7) A escrita galego-portuguesa apresenta, frente à espanhola, as vantagens que possuem as escritas suprafonológicas (estatisticamente mais rentáveis no conjunto da produção escrita da sociedade actual), ainda que sem chegar aos extremos dos sistemas gráficos do inglês ou do chinês, que se mostram, neste aspecto concreto, bastante superiores.
- 8) É mui possível que o tipo de escrita que produz historicamente uma sociedade tenha muito a ver com as características culturais específicas e com a própria estruturação dessa sociedade. Provavelmente, uma sociedade dirigida por elites cultas ou, também, com grandes massas de população alfabetizada tenda a dirigir a elaboração do seu sistema gráfico cara ao suprafonologismo, enquanto uma sociedade com grandes doses de analfabetismo funcional, com baixos índices de leitura, ou, também, com uma grande preocupação pela difusão cultural derivada da solidariedade social, tenda para o fonologismo. Com certeza, existem também muitos outros factores de tipo psicológico-cultural, social, ou, mui especialmente, linguísticos, a influir nesta evolução.
- 9) Ainda que não foi explicitamente mencionado ao longo da epígrafe, convém fazer ver aqui que a cosmovisão derivada da relação específica que apresenta o espanhol entre a fala e a escrita pairou e paira sobre muitas pessoas, mesmo linguistas com preparação, à hora de avaliarem outras possibilidades de escrita. Em concreto, estes tenderão a perceber todas as desvantagens das escritas de tipo suprafonológico sem advertirem as suas vantagens. É tão forte o influxo desta cosmovisão (uma predisposição de tipo cultural) que nem sequer os reintegracionistas conseguiram libertar-se em muitas ocasiões do seu influxo²⁷ (cfr. Sampson, 1997, a respeito

habitualmente—, pois dispomos de um conhecimento experiencial prévio que nos permite prescindir desse processo.

²⁷ Isto faz que mesmo julguem as representações de tipo supralectal considerando que existe qualquer ‘predilecção’ pela realização mais «fonológica» da representação. Assim, no caso de uma representação gráfica supralectal, como *-ōes*, julgam que tal representação acabaria favorecendo as formas usadas para exprimir a pluralidade (derivadas do lat. *-ONES*) na zona oriental da Galiza, quando, na realidade, isto não tem porque ser assim em modo algum. Mostra-no-lo o mesmo luso-brasileiro, onde formas gráficas consolidadas, como as que correspondem aos ditongos *ou* e *ei* (*touro, leite...*), estão longe de evitar que realizações menos «fonológicas» desses dígrafos tenham ampla presença ou sejam claramente maioritárias.

precisamente da cosmovisão proporcionada pelo sistema de representação do espanhol aos seus usuários).

VI. Factores pedagógicos

Se, por um acaso, imaginemos, fossem descobertas nas ruínas de um castro inscrições galaicas em alfabeto ogham e o nacionalismo galego, arrastado passionalmente pela originalidade do achado, decidisse mudar a escrita do galego e adoptar o ogham como sistema gráfico próprio e autóctone da Galiza, acharia enormes dificuldades para difundir e mesmo para usar tal alfabeto, para além do que fossem comunicações internas entre nacionalistas entusiastas ou publicações de elite dirigidas, precisamente, a linguistas ou a grupos de intelectuais. A difusão de tal novidade seria lenta e difícil, a menos que se contasse com os instrumentos apropriados (fundamentalmente o ensino e os meios de comunicação) que garantissem a formação de massas sociais capazes de fazer uso do novo alfabeto ou, pelo menos, capazes de agirem como receptores dos textos nele redigidos. Estas, de feito, são as condições em que se desenvolve actualmente o reintegracionismo se relativizamos a contundência das nossas afirmações em consideração às menores diferenças entre os sistemas gráficos espanhol e galego-português (o ogham é um dos sistemas de escrita mais estranhos que existiram²⁸) e em consideração aos influxos benéficos que a existência já consolidada do galego-português luso-brasileiro a nível internacional nos pode garantir. É mui possível que, de um ponto de vista histórico, tenhamos de aceitar que, como já manifestamos no início deste trabalho, as condições de precariedade em que se moveu a cultura galega até os anos oitenta do século XX sejam responsáveis pela contradição presente em numerosos autores galeguistas que, declarando teoricamente a sua vontade de caminharmos cara à reunificação linguística com o luso-brasileiro, não chegaram a levar à prática esse anseio e nunca deixaram de empregar a escrita castelhana. Era necessário fazer uso de um modelo de escrita próximo do usado pelo espanhol para garantir a recepção dos textos e para aproveitar, também, as vantagens derivadas da orientação fonológica de tal escrita, tal como foram enumeradas na epígrafe anterior. Ou seja, a aproximação gráfica ao espanhol não só garantia o aproveitamento das habilidades adquiridas por alguns usuários na leitura e escrita dessa língua, mas,

²⁸ Foi usado para a representação do gaélico nos primeiros textos escritos nessa língua e parece-se bastante aos actuais sistemas de notação musical.

assemade, criava para o galego uma escrita de orientação fonológica que facilitava o que apontamos nos pontos c), a) e d) da anterior epígrafe, por esta ordem de importância:

- c) O aprendizado da leitura por parte das crianças ou adultos que já sabem falar galego (função pedagógico-partitural da escrita).
- a) O aprendizado da escrita por parte das crianças ou adultos que já sabem falar galego (função pedagógico-transcritora da escrita).
- d) O aprendizado da língua galega por via escrita (como no caso do estrangeiro...) por parte de usuários a desconhecerem-na parcialmente ou por parte de novos usuários (função pedagógico-linguística da escrita).

Todas estas facilidades, fornecidas pola escrita do espanhol em virtude da sua orientação fonológica ou independente, eram justamente também demandas sociais na situação de marginalidade em que se achava a cultura galega até os anos oitenta do século XX. Precisava-se uma escrita ligada à fala para aproveitar o conhecimento oral da língua no desenvolvimento rápido de faculdades de recepção e produção escrita em língua própria e, secundariamente, para assentar por via escrita o conhecimento daquelas áreas da língua que fossem ignoradas polo usuário ou para formar novos usuários. Este último ponto (a função pedagógico-linguística), de certa importância ainda que de reduzido efeito na etapa mencionada, adquirirá uma significação muito maior e chegará mesmo a tornar-se prioritário ao iniciar-se o processo de recuperação cultural galega que seguiu, de alguma maneira, o franquismo. Nos processos de normalização linguística provoca-se na sociedade, em maior ou menor medida, a necessidade de aprender a língua (a sua variedade padrão) ou de completar as lacunas e suprir as deturpações que ela apresente por causa dos influxos da língua dominante, e isto é realizado normalmente por via escrita, ao carecer-se, pelo menos nestes primeiros momentos, do suficiente contacto com grupos sociais que usem a língua ou que o fagam com correcção. Surge, assim, nestes contextos um interesse social parecido ao interesse individual do aprendiz de línguas estrangeiras, que gostava de aprender a falar uma língua a partir de textos escritos, e a escrita do espanhol era, desde fins do século XIX, uma alternativa que respondia bastante bem essa demanda.

Podemos, então, perguntar-nos como e por que nasceu o reintegracionismo linguístico como praxe efectiva se, como vimos, partia da dificuldade que supõe a sua maior diferença a respeito do espanhol e o seu carácter suprafonológico tornava-o

menos efectivo em relação às três funções pedagógicas apontadas. Esta questão levará-nos necessariamente, também, a sinalar mais de uma resposta:

1. Em primeiro lugar, nasce como consumação da velha aspiração do galeguismo teórico que, como vimos no início do artigo, sempre se mostrou partidário da restauração da unidade linguística com o mundo lusófono. Denominaremos a resposta a esta demanda, por parte da norma reintegracionista, como **função de reunificação linguística**.
2. Em segundo lugar, e em estreita relação com o ponto anterior, nasce como uma estratégia de ampliação das possibilidades culturais até limites inimagináveis para uma fala minorada. Pode ser afirmado que o luso-brasileiro supõe para o galego uma espécie de bilhete de lotaria premiado em casa de pobre, precisando só de ser cobrado. Denominaremos a procura desta ampliação das possibilidades culturais como **função estratégico-aproximativa**.
3. Em terceiro lugar, nasceu como praxe que permitia um maior distanciamento a respeito da língua dominante, contribuindo para assentar a identidade própria no nível linguístico-cultural, aspecto também mui valorizável e sobre o qual reflectiremos numa posterior epígrafe. Denominamo-lo **função identitário-diferencial**. Esta função é equivalente da que Garvin (1964: 155) denomina *função separatista*²⁹ no esquema que propõe para caracterizar, de modo geral, as características da língua padrão.

Mas nem sequer a conjunção destes argumentos, por si mesma, explica por que o reintegracionismo prático só acabou nascendo no início dos anos oitenta do século XX e não o fíjo muito antes. Achamos que nessa altura, precisamente, aconteceu uma circunstância que provocou que certos sectores do nacionalismo cultural começassem a valorizar a possibilidade de fazer valer as vantagens apontadas em 1, 2 e 3 como mais rentáveis que as que denominamos funções pedagógicas (pedagógico-linguística, pedagógico-partitural e pedagógico-transcritora). Trata-se, como é fácil supor, da possibilidade e posterior consumação da incorporação do galego ao sistema de ensino e da criação de meios de comunicação próprios, fundamentalmente. Tudo isso deve ser enquadrado, também, num ambiente que já então pressagiava o nascimento de grupos sociais galego-falantes e grupos sociais de ideologia galeguista, quando não directamente nacionalistas.

²⁹ Segundo Garvin (1964), que parte das análises do Círculo de Praga, a língua padrão caracterizaria-se por desenvolver quatro funções, três delas simbólicas: unificadora, separatista e de prestígio, e uma objectiva: função de quadro de referência. Aceitando a validade deste esquema, poderíamos identificar, também, num certo sentido, a nossa função de reunificação linguística com a função unificadora de Garvin. Tanto a função de reunificação linguística como a função identitário-diferencial entrariam dentro do conjunto por ele denominado funções simbólicas, equivalente do que nós denominamos funções ideológicas. A segunda função, a estratégico-aproximativa, caracterizada mais bem por apresentar um carácter económico ou, justamente, estratégico, faria parte de um grupo diferente de funções, não contemplado por Garvin, que denominamos funções estratégicas.

Nesse contexto, a escrita galego-portuguesa fornecia-se antecipadamente como um instrumento carregado de identidade diferencial a respeito do idioma dominante, por um lado; por outro, como um instrumento mui adequado para um grupo social com competência linguística assegurada pelos previsíveis programas de aprendizado da língua própria—em virtude do seu carácter mais suprafonológico que a escrita do espanhol³⁰— e, finalmente, como instrumento de ampliação exponencial das possibilidades linguístico-culturais —graças à sua proximidade ao luso-brasileiro.

Mas, como era de esperar e como já deixamos entrever noutros lugares, os inícios do reintegracionismo tiveram muito o carácter de aposta. Tratava-se, em suma, de propor um modelo normativo superior em vantagens aos precedentes e que se ajustasse o mais possível às necessidades que a nova situação demandava. Devemos ver neste cúmulo de demandas contraditórias (as três pedagógicas apontadas, à qual devemos somar uma demanda de confluir gráfica e linguisticamente com a língua dominante a fim de aproveitar os conhecimentos que dela já possuem os falantes — função estratégico- aproximativa a respeito do espanhol—, a função de reunificação linguística, a função estratégico-aproximativa a respeito do luso-brasileiro, a função identitário-diferencial a respeito do espanhol e também uma função identitário-diferencial a respeito do luso-brasileiro) a causa principal do surto ou aparição de um amplo leque de propostas (ou «apostas») estruturadas em forma de *continuum* (cfr. Álvarez & Herrero, 1996). São, por assim dizer, «experimentos» encaminhados a responder a(s) complexa(s) demanda(s) social(is) gerada(s) naquela altura, priorizando uns ou outros factores, para além do interesse que pudesse existir por parte de certas pessoas ou colectivos de dotar-se de sinais identitário-diferenciais endogrupais.

Neste contexto, a norma AGAL mostrava-se enormemente competitiva, pois constituía um conglomerado funcional no relativo às demandas expressadas em 1, 2 e 3 e, mesmo assim, não deixava de mostrar-se válida até certo ponto no que diz respeito às demandas pedagógicas. De feito, no que tem a ver com a função pedagógico-partitural, as desvantagens a respeito da escrita do espanhol eram de escassa consideração e, quanto à função pedagógico-linguística, mesmo conseguia superá-la em muitos aspectos

³⁰ A escrita suprafonológica é, como vimos, algo menos ajeitada que a fonológica para o aprendizado da escrita, mas apresenta vantagens para a leitura desde o momento em que o aprendizado permite ao usuário ultrapassar as primeiras fases e começar a praticar uma leitura fluída.

essenciais³¹. O seu único «calcanhar de Aquiles», em certa maneira, era a renúncia a aproveitar os benefícios da confluência com o sistema gráfico da língua dominante (função estratégico-aproximativa a respeito do espanhol), em favor, principalmente, da função identitário-diferencial a respeito desta língua, o que lhe reportava um maior carácter prescritivo.

Frente a ela, a norma «isolacionista» renunciava quase completamente às funções de reunificação linguística, à estratégico-aproximativa a respeito do luso-brasileiro e à identitário-diferencial a respeito do espanhol, em favor das funções pedagógicas e, também, em favor de uma confluência com o sistema gráfico da língua dominante, de modo a aproveitar no processo de normalização as competências que muitos falantes já possuem no que tem a ver com a leitura e escrita nessa língua (função estratégico-aproximativa a respeito do espanhol)³².

A aparição em cena da norma reintegracionista, pois, está directamente ligada ao anúncio de mudanças na condição social do galego que permitiriam a articulação de um programa de ensino da língua e a criação de massas de falantes alfabetizados em galego. Estes últimos, por um lado, agradeceriam as vantagens mencionadas em 1, 2 e 3 e, por outro, as vantagens que oferecem as escritas suprafonológicas aos leitores experientes³³ (funções interpretativa e simbólica). As normas que dão uso da ortografia do espanhol seriam mais apropriadas, por causa dessa circunstância, para o seu uso espontâneo entre os falantes alfabetizados em espanhol e, por causa da sua presumível maior vinculação a respeito da realidade fonológica da língua, para a difusão desta em condições precárias de aprendizado, embora já dixéssemos que a norma AGAL conseguira finalmente superá-la também neste ponto.

³¹ Isto adverte-se, por exemplo, no uso do trema (essencial para marcar a pronúncia correcta de palavras problemáticas —*tranquilo, sangüíneo, questom...*) ou no próprio sistema acentual que, como sabemos, marca o grau de abertura: *café, mercê...* Em conjunto, como já vimos, pode afirmar-se que nesta primeira formulação a norma AGAL estava ainda mui comprometida com a realidade fonológica da língua: *tamém, assi, cando...*

³² Parecidas análises às aqui realizadas para a norma AGAL e para a norma isolacionista poderiam ser feitas para as demais propostas normativas que surgiram neste período.

³³ Provavelmente, daquela, os efeitos desta constatação fossem mui relativos, pois continuava pairando sobre a sociedade galega a cosmovisão proporcionada pela escrita do espanhol, e sobre os linguistas enunciadores da norma AGAL uma certa culpabilidade por afastarem-se dos princípios fonologistas que, em ocasiões, os levou mesmo a tentarem questionar ou relativizar essa circunstância (*vid.* Monteiro Santalha, 1984 e 1987). No entanto, devemos supor que eles podiam sequer intuir também estas vantagens ou, quando menos, a viabilidade de levar adiante um sistema gráfico suprafonológico. No próprio *Estudo Crítico* observamos como se iniciam questionamentos dos princípios fonologistas que, contudo, possuem ainda mais a feição de uma boa defesa que de uma afirmação convencida.

Em conclusão, as normas que dão uso da escrita suprafonológica demandam umas condições de aprendizado melhores e mais efectivas que as normas que dão uso da escrita fonológica. Pode-se afirmar, no entanto, que o triunfo da alternativa fonológica é devida principalmente a outras causas, pois a entrada do galego no ensino como matéria obrigatória abria realmente as condições para o ensino da escrita galego-portuguesa, apesar do seu carácter (mais) suprafonológico, e a proposta representada pela norma AGAL era realmente mui completa e funcional para as circunstâncias requeridas num processo de normalização.

VII. As mudanças propiciadas por uma visão supralectal da língua

Quando, finalmente, o processo de normalização se iniciava marginalizando definitivamente a proposta da AGAL, que era a que sem dúvida apresentava, em conjunto, as melhores vantagens, e quando essa nova situação foi assumida pelos seus partidários, em vez de desaparecer e voltar-se às condições anteriores, deu-se início uma nova fase do processo, caracterizada pela sua instalação real em grupos sociais restritos procedentes das camadas de intelectuais nacionalistas. A impossibilidade de dirigir o processo normalizador fizo que uma norma nascida como proposta para normalizar socialmente a língua minorada e deturpada de um país de nível cultural médio passasse a reduzir as suas aspirações, convertendo-se em veículo de expressão de um grupo social formado inicialmente por intelectuais nacionalistas e ampliado, posteriormente, a outros grupos ideologicamente afins. Pode dizer-se que, num certo sentido, trocou-se o compromisso social por um sectarismo forçoso.

Esta mudança tão radical na função da norma, que se constituía assim como padrão efectivo no seio destes grupos, vai ter reflexos logo na sua orientação linguística, produzindo-se uma clara viragem cara a um maior grau de suprafonologismo. Um dos elementos desencadeadores dessa mudança vai ser a supralectalidade. A sua formulação feliz (*vid.* Alonso, 1987: 31-42) vai conseguir dar o primeiro impulso ao avanço cara a uma visão da língua menos vinculada à fala oral. Se a norma AGAL, nas suas primeiras formulações, era monolectal, ligada directamente a determinadas realidades

diatópicas³⁴, agora passava a ser factualmente supralectal, no convencimento e constatação de que era possível representar de uma única maneira formas dialectais diferentes do galego vivo. Denominaremos esta função da representação gráfica **função de representação supralectal**³⁵. Além disso, a supralectalidade tinha a vantagem de arrastar-nos cara a um maior grau de proximidade com o luso-brasileiro e, por se ainda fossem precisos mais argumentos, os seus resultados eram estritamente etimológicos, coincidentes com as soluções maioritárias na língua medieval. Formas como *verão*, *irmã*, *canções*, *quando*... passavam a remeter para as diversas variantes que apresentam nas falas galegas: /be'rau/, /be'rãu/, /be'raŋ/, /ir'ma/, /ir'mã/, /ir'maŋ/, /kanθõis/, /kan'θos/, /kan'θoŋs/, /kan'soŋs/, /'kuando/, /'kando/..., mas conservando-se uma única representação na escrita que garantia a funcionalidade do sistema.

A *Comissom Lingüística* da AGAL conseguiu acompanhar estas mudanças, como vimos, aceitando parcialmente certas demandas formuladas em favor do emprego do til de nasalidade (*vid. Agália*, n.19), mas a partir daí o protagonismo correspondeu exclusivamente aos usuários, que aderiram maioritariamente às mudanças.

VIII. Identificação vs. funcionalidade

As mudanças experimentadas no uso da norma AGAL como consequência da assunção do princípio da supralectalidade tiveram como consequência duas cousas:

- Uma maior aproximação ao luso-brasileiro
- Suprafonologização da escrita

A suprafonologização era um elemento sem dúvida favorável nas novas condições, pois os grupos sociais a empregarem de forma efectiva a norma AGAL como padrão real dispunham, normalmente, de uma grande formação cultural e precisavam mais uma escrita que favorecesse a leitura fluída que uma escrita ligada às facilidades

³⁴ Isto está relacionado com o seu carácter ainda em parte fonologista. Mesmo quando na norma eram admitidas duas possibilidades diferentes procedentes de diferentes áreas de distribuição, a representação era também dupla: *irmao* / *irmám* ou, posteriormente, *quando* / (*cando*).

³⁵ Esta função enquadra-se também, e mui especialmente, na função unificadora de Garvin (1964). *Vid. supra*.

de aprendido. Convém salientar, aliás, que, se a norma AGAL já foi concebida por definição com uma dimensão suprafonológica maior do que a presente na escrita castelhana, as mudanças propiciadas pola assunção da supralectalidade e, sobretudo, as experimentadas depois, acabaram supondo uma suprafonologização ortográfica maior do que a presente nos próprios sistemas gráficos lusitano ou brasileiro a respeito das suas realidades fonológicas³⁶. Com efeito, a deriva posterior da norma, sempre orientada cara à aproximação gráfica ao lusitano e ao brasileiro, levou muitas pessoas a ensaiarem soluções, como a queda da acentuação na terceira pessoa dos perfeitos (*fôrom* > *forom*; *cantárom* > *cantarom*), que remetem para modos de vinculação de tipo morfossintático³⁷; ou, também, a representação pola sequência gráfica <-ão> das terminações em /-a/, conservando-se <-om> para /-o/: *capitão, soluçom, tão, nom...* A confluência deste modelo de representação com as terminações supralectais derivadas de -ANU(M), tais como <irmão>, <verão> e outras, pressagia já uma concepção multivalente da sequência <-ão>, pois que na realidade morfológica do galego centro-oriental a realização dos derivados de -ANU(M) (*mão, irmão, verão, cidadão...*) apresenta uma expressão diferente à dos derivados de -ANE(M): *capitão, folgazão, cão, alemão...* E, se vimos que na sua própria formulação a norma AGAL tinha nascido com vocação de representação suprafonológica por causa da necessidade de inserir a norma no sistema linguístico galego-português, tal vocação limitava-se inicialmente a procedimentos de multirrepresentação (representar um fonema por mais de um grafema), pondo-se especial cuidado em evitar, no possível, a multivalência (realizar um grafema por meio de mais de um fonema). Por isso é que a norma AGAL resultava inicialmente satisfatória, mesmo em certos aspectos mais do que as próprias normas que usavam a ortografia castelhana, para os interesses de quem desejasse realizar um aprendizado da língua por via escrita (função pedagógico-linguística).

³⁶ Quiçá o elemento desencadeador das mudanças que acontecerom tão rapidamente após a assunção da supralectalidade tivesse sido o próprio contacto com o luso-brasileiro. A supralectalidade abriu espaço para um novo modo de leitura, mais distanciado da fala oral, que foi aplicado com êxito à leitura dos textos luso-brasileiros mediante a própria fonética galega. Quando assumido na praxe este modo de leitura —mais suprafonológico—, abriu-se o caminho para reproduzir esta forma de vinculação (entre a escrita luso-brasileira e a pronúncia galega) na própria escrita galega.

³⁷ No caso, a vinculação deve ser efectuada a nível morfossintático. Se a palavra com terminação *-om* é um nome, apresenta acentuação oxítone (*bombom, naçom, grandom*); se for verbo, a acentuação será paroxítone (*amarom*). Esta simples regra, admitindo também uma desejável harmonização com o luso-brasileiro no caso de certos vocábulos científicos (*plancton, telson...*) permite já obviar na prática o uso do acento gráfico.

A evolução que tivo lugar em seguida, propiciada pola conscientização acerca da conveniência de dotar a norma de funcionalidade supralectal, representou então uma viragem de rumo e supujo o abandono da orientação pedagógica presente na formulação da norma AGAL «clássica», mercê da sua funcionalidade pedagógico-linguística, em favor de uma potenciação da sua função estratégico-aproximativa a respeito do luso-brasileiro e das suas funções linguísticas (interpretativa e simbólica). Se a demanda de funcionalidade estratégico-aproximativa a respeito do luso-brasileiro se detivo quando mal tinha ultrapassado os limites da supralectalidade (a respeito dos diversos falares da Galiza) e não derivou num maior grau de confluência com as outras duas variedades da língua comum é, fundamentalmente, por duas razões ligadas à função identitário-diferencial a respeito destas mesmas variedades e a uma função identitário-diferencial de tipo endogrupal. Por um lado, a filosofia de que parte o reintegracionismo postula a reinserção do galego no sistema linguístico a que pertence, assentando um terceiro padrão galego do lado dos padrões português e brasileiro, mas sem chegar ao extremo da simples integração num deles ou num conglomerado gráfico dos outros dous³⁸, sobretudo se realizado à custa de traços linguísticos galegos legítimos, pois a simples integração linguística, num contexto caracterizado pola definição e assentamento da identidade nacional galega, é interpretada necessariamente como uma função identitário-aproximativa a respeito de Portugal, além de ser manifestamente desnecessária e gratuita. Por outro lado, a própria aparição de pequenos grupos de integracionistas a arvorarem como emblemas endogrupalis traços ortográficos do luso-brasileiro, também contribuiu, sem dúvida, para frear esse avanço.

No primeiro caso existem factores de tipo histórico-etimológico que impedem a alguns adoptar soluções gráficas consideradas exógenas, porque representam **fonologicamente** evoluções linguísticas que não tiveram lugar na Galiza, mas que sim estão presentes no resto da Lusofonia (-ANE(M)>-ão; -ONE(M)>-ão; UNA(M)>uma...). Mas, sobretudo, estamos perante uma necessidade identitária. Trata-se, fundamentalmente, de marcar os limites a respeito do luso-brasileiro para evitar transmitir (e muito mais provavelmente padecer) a sensação de entreguismo provocada

³⁸ Note-se que, enquanto os acordos têm unicamente um carácter ortográfico, as correntes luso-brasileiristas, bem como as outras correntes integracionistas, realizam uma adesão que abrange muito para além da representação gráfica, sacrificando na prática qualquer traço galego que suponha um desvio a respeito do padrão lusitano, que é o que utilizam como modelo de referência para o componente morfolexical.

pola exogeneidade da escrita. Prova da maior importância do segundo factor é o feito de achar-se bastante estendida nos usos reintegracionistas «avançados» outra possibilidade gráfica exógena que, pelas suas características específicas, passa mais inadvertida. Trata-se de <â>, que marca de maneira redundante em Portugal o encerramento da vogal /ẽ/ em contexto nasal. A sua presença nos textos galegos não provoca «problemas» por ser similar a outras formas próximas na sua feição gráfica, como são <ê> ou <ô>, o que lhe faz passar mais inadvertida, e, sobretudo, por não registrar uma frequência de ocorrências demasiado elevada no discurso. O outro aspecto que adiantávamos tem a ver com a própria dinâmica social. De igual maneira que as nações empregam as línguas (consciente ou inconscientemente) com uma finalidade ao tempo coesiva e identificadora, assim acontece também com todos os grupos sociais definidos que, como é o caso dos grupos de praxe reintegracionista, reagem arvorando simbolicamente as suas marcas identitárias. Trata-se de um comportamento que foi descrito pela sociolinguística em grupos sociais mui diferentes e variados desde que William Labov (1972) relatara nos seus *Sociolinguistic Patterns* como os habitantes da ilha norte-americana Martha's Vineyard empregavam inconscientemente um traço característico (a centralização dos ditongos /aj/ e /aw/) com função identitário-diferencial a respeito dos habitantes do continente. No caso dos grupos de praxe reintegracionista acharíamos-nos, num certo sentido, numa situação similar, tendo-se arvorado as terminações <-om> e <-am> (sobretudo a primeira) e, em menor medida, o dígrafo <-mh-> como símbolos da pertença a esse grupo social, ao serem estes os elementos que, pela sua frequência de aparição no discurso e pela sua originalidade gráfica, melhor permitem caracterizar visualmente o discurso (escrito) como pertencente a tal grupo. O feito de existirem outros grupos sociais (integracionistas) a adoptarem formas de galego-português lusitano com função identitário-endogrupal impediu ao reintegracionismo, em boa medida, continuar a aproximação gráfica ao luso-brasileiro que demandava uma boa estratégia aproximativa. Note-se que nas propostas dos grupos sociais integracionistas, por outro lado, ficam neutralizadas as diferenças entre a função estratégico-aproximativa e a função identitário-aproximativa a respeito de Portugal, pelo que a sua proposta poderia facilmente ser interpretada como uma tentativa de vincular estrategicamente as duas funções. Mas, por outro lado, as propostas integracionistas, por causa da sua «camuflagem» a respeito da expressão própria de outro grupo social de identidade mui claramente definida e de carácter exógeno (a

sociedade portuguesa), podem mui facilmente não ser interpretadas na Galiza como fazendo parte do processo interno de definição identitária que, como é fácil deduzir, está presente de modo subjacente no próprio processo de definição do padrão linguístico. Nesse caso, o veículo expressivo (a linguagem) fica despossuído a olhos do indivíduo normal galego da função de reivindicação identitária, convertendo-se simplesmente numa utilização individual de tipo estratégico mais ou menos justificada, como a efectuada por quem usa como veículo expressivo uma língua estrangeira para um uso concreto³⁹. Seria diferente a situação se existisse realmente uma interacção identitária na qual a sociedade portuguesa, por exemplo, ameaçasse com assimilar ou influir na sociedade galega ou, simplesmente, se existisse a consciência social de uma certa identidade compartilhada derivada de uma praxe de interrelacionamentos, mas o feito de não existir tal interacção social provoca que qualquer uso de marcas de identidade portuguesas por parte de indivíduos galegos seja considerado um uso individual esporádico despossuído do carácter de reivindicação identitária. Outra possibilidade é que o indivíduo produtor do discurso integracionista seja identificado propriamente como português, feito também despossuído de qualquer função interactiva ou reivindicativa de tipo social. É por estas cousas que os integracionistas são acusados a miúdo de individualistas ou elitistas, pois a sua opção normativa parece, a olhos reintegracionistas e nacionalistas em geral, mui inoperativa a nível social no que tem a ver com o processo de definição do padrão linguístico, processo sob o qual, como já afirmamos, subjaz um outro processo de definição nacional-identitária⁴⁰. Dessa maneira, enquanto a norma reintegracionista aparece ligada a um discurso social (nacionalista), a assunção da norma portuguesa aparece mais ligada quer à adopção de uma perspectiva individual ou antissocietária (antinacionalista), quer a um nacionalismo «virtual» ou conceptual de tipo (galaico-) português⁴¹, quer a uma simples função de identificação endogrupal.

³⁹ É, de feito, a interpretação que muitos galegos fão da atitude do eurodeputado do BNG Camilo Nogueira, quem, como se sabe, emprega uma variedade de galego convergente com o português nas suas intervenções no Parlamento Europeu, o que lhe permite fazer um uso internacional da sua língua.

⁴⁰ Partindo exclusivamente do ponto de vista das características intrínsecas dos sistemas gráficos devemos ver na assunção de um suprafonologismo mui acusado por parte dos integracionistas justamente essa demanda individual de um meio de expressão escrita mui rentável e funcional (sobretudo tendo em conta também as vantagens da confluência com o luso-brasileiro). A aposta inicial dos reintegracionistas polo carácter pedagógico da norma estaria em relação com a sua orientação nacionalista, que se expressava como um compromisso social ou colectivo. O avanço do reintegracionismo para o suprafonologismo deve ser olhado quer como uma relaxação desse compromisso, quer como uma mudança de estratégia.

⁴¹ Denominamos «irreal» esta opção identitária porque carece de fundamentação fora do campo da teoria. A própria dificuldade de ser interpretado em clave reivindicativo-identitária o discurso português na

Contudo, apesar de estas análises serem válidas na sua essência, pecam também de um certo grau de distorção provocada pela perspectiva particular dos seus emissores, pois se bem que seja certo que as associações e valores transmitidos a nível simbólico pelas diferentes normas usadas hoje na Galiza (funções ideológicas da escrita) operam no sentido referido, valendo-se da relação prévia existente em qualquer sociedade entre a identidade nacional e a língua como factor coesivo de tal identidade, também é certo que as chaves escolhidas para estabelecer a vinculação com uns ou outros ideais de nação (galega) ficam invisíveis geralmente para a maior parte dos usuários, que não conseguem diferenciar em condições normais entre integracionismo e reintegracionismo (nem entre «mínimos» e isolacionismo) no que tem a ver com o discurso escrito, e que mal diferenciarão qualquer das quatro opções na fala⁴² se exceptuarmos, obviamente, o denominado integracionismo gráfico-fonético, que não é considerado galego. O desconhecimento generalizado que existe acerca do português lusitano e do português brasileiro na Galiza faz com que, a nível operativo, um texto escrito em norma AGAL acabe por transmitir na maior parte das ocasiões as mesmas associações que podem transmitir quaisquer das versões de lusismo ou o próprio luso-brasileiro. Isto é assim porque os traços arvorados desde o reintegracionismo como diferenciais e significativos do espírito subjacente na norma (nomeadamente as terminações <-om> e <-am>, sobretudo) são simplesmente invisíveis para os usuários não iniciados. Estes usuários não chegarão normalmente a identificar como galego um texto escrito em norma AGAL se não há outros elementos que o identifiquem como tal (conhecimento do autor, conteúdo do texto...). E, nesse caso, a função ideológica transmitida pelo texto será a mesma que desenvolveria um texto integracionista nas mesmas condições. A utilidade de manter os traços ortográficos mais significadamente diferenciais a respeito das variedades portuguesa e brasileira (aqueles que chegam a empecer a função interpretativa do texto, a sua leitura fluída) é mui discutível, então, pois que estes resultam somente «visíveis» para os usuários galegos já «iniciados» ou em processo de

Galiza é prova de que não existe actualmente a interacção que poderia propiciar a existência de uma nação galego-portuguesa. É provável, ainda que a sua confirmação requereria estudos mais atentos, que por parte integracionista possa dar-se precisamente uma tentativa de fazer uso da função coesiva da linguagem (*vid.* Peres, 1997) para criar os alicerces (ou talvez o telhado) desse novo espaço nacional, forçando a qualquer preço a socialização do padrão português na Galiza. Seja como for, a empresa no seu conjunto parece uma lixeira de enorme comprimento, pelo menos nas condições actuais.

⁴² A única diferença realmente visível para os usuários é, pois, a relativa ao sistema gráfico. Ele é o verdadeiro ponto neurálgico de todas as tensões geradas em torno ao denominado debate normativo no nosso país.

formação: linguistas, filólogos, pessoas interessadas pola língua..., aprendizes de língua...

De uma perspectiva pedagógica poderia-se esperar que estes traços diferenciais a respeito do luso-brasileiro, apresentados em sessões ou manuais didáticos —e facilmente identificáveis então— como marcas do carácter genuinamente galego da norma, contribuíssem para facilitar a captação de novos usuários. No próprio processo de aprendizado procederia-se a evidenciar as marcas linguísticas de galegidade (<-om>, <-am>, <-mh->, formas verbais galegas, etc...) ao aprendiz, que, de outra maneira, teria reagido atribuindo à norma reintegracionista um espírito de aproximação identitária a Portugal. Seria um aprendizado em que se apresentaria a norma galega pondo-a em relação contrastiva com as outras duas normas do sistema. E, com certeza, neste caso, tais diferenças gráficas, que identificam claramente o texto como galego (função identitário-diferencial a respeito do lusitano e do brasileiro), são úteis e cumprem uma função extremamente importante.

Mas podemos perguntar-nos se, uma vez que as vantagens de manter tais traços diferenciais dependem quase exclusivamente do seu uso nos processos de aprendizado, não será mais rentável deslocar (e mesmo ressaltar) a demarcação da galegidade da norma no seio desses processos para outras unidades linguísticas em que não resulta tão lesiva para a sua funcionalidade, quer dizer, onde não prejudica a culminação da sua função estratégico-aproximativa a respeito das variedades lusitana e brasileira. Noutras palavras, a melhor norma quanto à resolução do conflito existente entre identificação e funcionalidade (entre as funções identitário-diferencial e estratégico-aproximativa a respeito do luso-brasileiro) será aquela que, sacrificando o menos possível a sua identificação como galega, permita ao mesmo tempo a consumação da própria finalidade estratégico-aproximativa que, de sempre, aninhou em todas as formulações reintegracionistas. Trata-se, em suma, de obtermos da nossa variedade todos os benefícios de ordem cultural que tem a posse de uma língua comum a mais de douscentos milhões de falantes sem renunciarmos à sua desejável e necessária função de definição identitária, tanto dentro do nosso País como na própria Lusofonia.

IX. Tem limites o suprafonologismo?

Podemos imaginar uma situação de extrema supralectalidade em que duas línguas tipologicamente próximas, como o galego-português e o espanhol, cheguem a compartilhar o mesmo sistema de escrita com a condição de que uma das duas (ou as duas) adoptasse uma perspectiva decididamente suprafonológica da representação gráfica. Nesse caso, os falantes realizariam a maior parte das vinculações O>E e E>O num nível (o lexical) em que há suficiente correspondência entre as duas línguas como para garantir o seu funcionamento. Seria um sistema de aprendizagem difícil e, se as tradições pedagógicas não tivessem mudado também acompanhando a nova situação, com toda a probabilidade seriam elaborados complicados (e complicadores) manuais cheios de regras que explicariam, por exemplo, ao usuário espanhol aprendiz da nova escrita comum, que deveria pronunciar /-'ano/ em palavras como <verão> e /-'an/ em palavras como <capitão>, ou que deveria ditongar a maior parte dos nossos ee abertos e pronunciar /'kiero/ ali onde visse escrito <quero>. Outros aspectos seriam de mais fácil sistematização e, assim, poderia enunciar-se uma regra mediante a qual deveria pronunciar /θ/ quase todos os nossos cc^{+e,i}, os nossos çç e os nossos zz —justo como fazemos alguns galegos—, ou ler /'dela/ onde vir escrito <da>. Mas, em conjunto, o aprendizado mediante regras (na realidade uma tentativa à desesperada de procurar biunivocidade a nível infralexical entre a escrita e a fala) resultaria assustador.

Contudo, não devemos pensar que uma situação assim seja insólita, nem muito menos. De feito, é mais ou menos o que acontece em sistemas gráficos como o do inglês, que apresentam um elevado grau de suprafonologização⁴³. A campeã neste sentido volta ser novamente a escrita do chinês, onde nem sequer haveria a possibilidade de enunciar qualquer sistema de regras de vinculação porque nesse sistema de representação os acessos são realizados sem excepção a nível lexical ou semântico-lexical. Um exemplo, também mui ilustrativo, de supralectalidade extrema é o que foi detectado por medievalistas como Roger Wright ou Amable Veiga. Estes autores, por distintas vias, chegaram a descobrir como o que tradicionalmente era considerado latim medieval, conservado em documentos notariais baixo-medievais,

⁴³ Nesses casos, evidentemente, são empregados métodos pedagógicos diferentes para o ensino da escrita. É provável que algum dos métodos de ensino elaborado pelo reintegracionismo tenha estado marcado também por uma orientação pedagógica influída também pela cosmovisão gráfica do espanhol, portanto mais adequada para o ensino da soletração no caso de sistemas gráficos mais decididamente fonológicos.

eram já na realidade falares romances claramente definidos, embora representados mediante uma ortografia suprafonológica de tipo arcaizante (latinizante). A pronúncia daqueles textos era necessariamente romance e não latina. Assim, por exemplo, quando num documento galego aparecia uma palavra como <super>, a pronúncia que se fazia de tal expressão não era outra que ['sobre]. Então, perante estes exemplos, devemos aceitar que não existem mais limites que os lexicais para delimitar o grau de suprafonologização a que pode chegar uma escrita. No caso extremo, que é, em certa maneira, o do chinês, a cada palavra corresponderia uma representação diferente, sem qualquer relação evidenciável de tipo expressivo com quaisquer outras expressões do léxicon.

No percurso que realizamos até agora tentamos combater uma cosmovisão extremamente metalinguística (fonológica) da escrita porque, sendo esta perspectiva produto de um influxo devido ao contacto com o sistema de representação próprio do espanhol, que foi determinado historicamente por uma cultura e uma cosmovisão particulares, não parte precisamente de uma melhor posição do que outros no que se refere aos papéis que no mundo moderno são reservados à leitura e à escrita, sendo mesmo menos adequado a nível estatístico do que os sistemas de representação mais focados cara às funções linguísticas, que são as funções centrais de qualquer sistema gráfico. No entanto, a escolha do melhor sistema gráfico ou da melhor norma linguística para uma sociedade concreta não é um assunto para o que seja possível fornecer receitas definitivas ou milagrosas. Existem, como vimos, muitos aspectos a considerar, a maior parte deles contraditórios e todos eles valorizáveis no que têm de contributos para a funcionalidade final do modelo. Elaborar uma proposta de grafização é uma questão de equilíbrio, de criar um paradigma linguístico que saiba dar resposta, na sua proporção mais adequada, ao maior número possível e desejável dos requerimentos de que é objecto a escrita numa sociedade e num momento histórico determinados. Não há (quase) critérios que determinem a posição que deveria adoptar uma escrita entre a posse de uma dimensão inteiramente fonológica (como a escrita do finês) e uma dimensão inteiramente lexical (como a escrita do chinês). Contudo, um suprafonologismo extremo acarretaria dificuldades pedagógicas de consideração e, provavelmente, transladaria uma forte sensação de artificialidade aos usuários galegos, acostumados a outro tipo de escritas.

X. Que define como funcional um sistema gráfico?

De um ponto de vista que tenha em conta o interesse geral dos usuários dos sistemas gráficos parece claro que numa sociedade moderna, com hábitos de leitura mais ou menos elevados, a máxima funcionalidade corresponderá estatisticamente àqueles sistemas que consigam atingir os melhores resultados no relativo às funções centrais ou linguísticas (interpretativa e simbólica), relacionadas com a leitura e a escrita suprafonológicas, também denomináveis leitura e escrita dependentes ou fluídas. Em segundo lugar na ordem de importância situam-se todas as demais funções, a começar talvez pelas funções metalinguísticas.

As escritas que favorecem ou estimulam, de alguma maneira, as funções linguísticas são aquelas que:

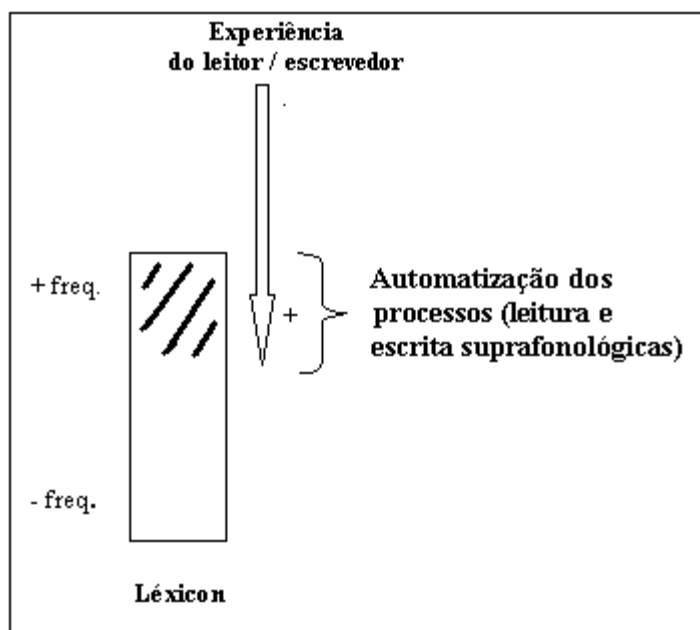
- ❑ Tendem a realizar modos de vinculação suprafonológicos mediante a polirrepresentação ou mediante a polivalência. Na alínea V colocamos alguns exemplos ilustrativos acerca desta circunstância.
- ❑ Salientam a distintividade ou discrição dos segmentos gráficos correspondentes a unidades linguísticas da segunda articulação. Este aspecto está mui relacionado com o inventário geral de grafemas de que dispõe o sistema gráfico e com o modo de combiná-los. Quanto maior for o elenco de grafemas maior será a possibilidade de formar sequências gráficas distintivas.
- ❑ Mantêm um modelo de representação caracterizado pela biunivocidade ao nível das unidades da segunda articulação. Por exemplo, a escrita galego-portuguesa consegue manter normalmente a representação de morfemas ou lexemas com independência da variação dos respectivos contextos fonológicos: *vez / vezes; geólogo / geologia; deu / deu-lhe-lo; comer sopa / comer o caldo...* Porém, a escrita castelhana, ao cingir a representação a uma dimensão mais fonológica, dificulta a identificação espontânea (*à primeira olhadela*) das unidades da segunda articulação, por submeter estas a uma maior variação gráfica: *vez / veces; xeólogo / xeoloxía; deu / déullelo; comer sopa / come-lo caldo...*

Em relação a tudo isto, devemos ter presente, também, que raramente se encontram no mundo sistemas de representação que respondam somente a uma destas duas tendências, que sejam inteiramente suprafonológicos ou inteiramente fonológicos⁴⁴. A maior parte dos sistemas gráficos, entre os quais o galego-português e o espanhol, combinam os dous modos em maior ou menor medida. Mesmo o inglês apresenta uma certa dimensão fonológica na sua representação que permite que, por

⁴⁴ O chinês seria inteiramente suprafonológico. Um sistema inteiramente fonológico seria o do finês.

exemplo, sejam realizadas tentativas de transcrever aproximativamente palavras procedentes de outras línguas apoiando-se na tendência de certas sequências gráficas a corresponderem-se com umas certas sequências fónicas. Em qualquer caso, parece existir também uma clara relação entre as representações suprafonológicas e a frequência.

Os actos de leitura e de escrita que têm lugar normalmente a nível suprafonológico nos sistemas de tipo fonográfico, mesmo nos mais orientados cara à dimensão fonológica, correspondem-se precisamente com unidades linguísticas da segunda articulação que registram uma maior frequência de aparição no discurso. Isto é assim por causa do conhecimento experiencial prévio que é requerido para o usuário conseguir identificá-las «logograficamente». Então, por um lado, os usuários tenderão a automatizar, em primeiro lugar, a apreensão ou produção das unidades que registram maior número de ocorrências no discurso; por outro lado, os usuários mais experientes, com hábitos de leitura e de escrita mais consolidados, conseguirão identificar à primeira olhadela um maior número destas unidades. Isto leva-nos a reconhecer que a parte do léxicon cuja representação gráfica é mais susceptível de ser apreendida ou produzida suprafonologicamente depende desses dous factores.



Quadro III. As formas gráficas presentes no léxicon serão mais susceptíveis de ser apreendidas suprafonologicamente quanto maior for a sua frequência de aparição no discurso. Devemos ter em

conta que, numa língua normal, as primeiras 1000 formas do léxico, em termos de frequência de uso, já abrangem até 80% das ocorrências do discurso, o que faz que a apreensão de tipo suprafonológico afecte geralmente um número relativamente reduzido de formas que se repetem com muita frequência. O outro elemento a levar em conta é a experiência do leitor. Quanto maior for esta, maior será também, por sua vez, o número de formas susceptíveis de apreensão suprafonológica. A nível social, uma sociedade em que predominarem os hábitos de leitura alcançará também um maior grau de suprafonologização na leitura. Tendo em conta todas as variáveis, em condições ideais a suprafonologização do sistema gráfico deve abranger, no possível, essas formas minoritárias no léxico, mas maioritárias no uso. Para o resto do léxico seriam mais indicadas as representações fonológicas, não necessariamente fonologistas ou foneticistas.

Então, uma escrita mui fonológica, que pretenda representar todo o *corpus* lexical fonologicamente, prejudicará precisamente a apreensão e produção daquelas unidades mais frequentes (minoritárias no léxico, mas mui maioritárias percentualmente no discurso). No entanto, uma escrita que pretenda representar todo o *corpus* lexical suprafonologicamente será muito menos rentável do ponto de vista metalinguístico, prejudicando as funções de transcrição e partitural ocasionais e, sobretudo, as funções pedagógicas. Mais uma vez, podemos repetir que a escrita ideal será, pois, aquela que conseguir manter um equilíbrio que beneficiar a maior parte dos leitores e escrevedores, tanto os experientes como os aprendizes, embora sem esquecer que, estatisticamente, é mais rentável favorecer até certo ponto os interesses dos primeiros.

Note-se, também, que há uma relação com o sistema linguístico em causa. Em geral, as **línguas de tipo analítico**, como o chinês ou o inglês, a miúdo com tendência para o monossilabismo, tendem para modelos que privilegiam a dimensão suprafonológica da representação. São línguas em que as relações gramaticais acostumam ser de tipo sintáctico e, por essa razão, formam palavras que apresentam pouca variabilidade. Pode dizer-se que são línguas com poucos monemas que se repetem muito no discurso. No entanto, no caso das **línguas aglutinantes**, como o turco, o finês ou o basco, acontece justamente o contrário. O mecanismo preferido para marcarem as relações gramaticais é de tipo morfológico, de maneira que, geralmente, as palavras gráficas aparecem constituídas como um conglomerado de morfemas e são de maior extensão que no caso das línguas analíticas. As línguas aglutinantes são línguas com uma grande variedade de formas morfológicas que se repetem normalmente menos no discurso do que as das línguas analíticas, e isso faz com que na sua representação prevaleça a dimensão fonológica. Já as **línguas fusionais**, entre as quais se encontra o galego-português, o espanhol e as línguas românicas em geral, são línguas que

apresentam uma dimensão intermédia entre as analíticas e as aglutinantes, com maior ou menor tendência para se orientarem cara a algum dos outros dous extremos. Em consequência, são línguas, também, com uma maior tendência para a combinação de modelos de representação fonológicos e suprafonológicos dentro do mesmo sistema gráfico. E, neste caso, a procura de discricionarietà gráfica que caracteriza a representação suprafonológica é mais importante, se cabe, por servir mais a miúdo para marcar não só as próprias unidades linguísticas como, assemade, o modo de leitura que deve ser realizado em cada caso concreto. Assim, um sistema gráfico que pretenda combinar os dous modos de representação de uma maneira ideal caracterizará-se por:

- ❑ Representar suprafonologicamente as unidades a apresentarem uma maior frequência de aparição no discurso.
- ❑ Utilizar sequências gráficas distintivas para marcar as representações suprafonológicas.
- ❑ Representar fonologicamente as unidades a apresentarem uma menor frequência de aparição.

A própria interacção dos sistemas gráficos com os usuários mostra-nos como existe uma tendência para criar, no caso de certas expressões de uso frequente, modos suprafonológicos alternativos de representação gráfica, tais como siglas e abreviações, caracterizados a miúdo, também, pola sua alta discricionarietà. De alguma maneira, existe uma «demanda de suprafonologismo» provocada polo desejo de economizar esforço nos processos cognitivos. De um ponto de vista pedagógico, por outro lado, parece claro que somente um desconhecimento profundo da escrita galego-portuguesa pode levar uma pessoa a grafar <oge> em vez de <hoje>, enquanto é mais provável que duvidemos acerca de se devemos grafar <jimnuro> ou <gimnuro>. Isto indica-nos que a maior dificuldade atribuída às escritas suprafonológicas pode derivar mais de um aprendizado (e umas expectativas) focados cara às particularidades ortográficas do que cara à dimensão quantitativa da linguagem e, por outro lado, reclama que, tendo em conta todos os demais factores envolvidos, a planificação do *corpus* gráfico de uma língua que combine os dous modelos de representação tenda a especializar estes em função da frequência de uso das expressões representadas.

Mas, a procura de funcionalidade, no caso concreto da grafização do galego, depende também de um outro factor fundamental: a aproximação estratégica às outras duas variedades do sistema (lusitana e brasileira) para conseguir aproveitar os

benefícios derivados da comunidade linguística. Se, por meio da aproximação ortográfica, o usuário pode aceder aos produtos de tipo cultural elaborados na Lusofonia com referência à sua própria experiência idiomática, as possibilidades culturais do galego, tanto de recepção como de produção, terão aumentado espectacularmente até atingir montantes impensáveis para uma típica língua minorada. De repente, para colocar apenas alguns exemplos, uma boa parte dos produtos comerciais distribuídos na Galiza estaria já acompanhada de etiquetagem adicional na língua do País; haveria toda uma ampla gama de programas de computador ou de páginas da Internet ao nosso alcance, empregando o nosso idioma; ou nele poderíamos consultar as últimas novidades editoriais, revistas etc., e isso sem ter em conta as possibilidades que se abririam para o contacto com os próprios cidadãos dos demais países da Lusofonia e os benefícios linguísticos derivados deste contacto. Mas, o aproveitamento desta convergência não deve ficar apenas no campo individual. Deve derivar, evidentemente, numa acção social positiva sobre o estatuto da língua. A utilidade alcançada mediante a aproximação ao *corpus* gráfico somente será funcional no processo de normalização linguística se é divulgada socialmente, o que implica programas extensivos de aprendizado focados, em primeiro lugar, cara ao desenvolvimento de habilidades leitoras e, em segundo lugar, cara ao desenvolvimento de habilidades (orto)gráficas por parte dos novos usuários. De feito, aliás, é justamente esta necessária acção pedagógica que justifica as licenças que nos podemos permitir se pretendemos secundarizar o papel das denominadas funções pedagógicas da escrita em favor das funções linguísticas e estratégico-aproximativas.

Quanto ao grau de convergência que deve ser alcançado na procura da funcionalidade, dependerá dos seguintes factores:

- ❑ Quanto maior for a aproximação gráfica às variedades lusitana e brasileira, maior será também a suprafonologização do sistema gráfico.
- ❑ Quanto maior for o grau de suprafonologização, maior será a predisposição cara às funções linguísticas, mas à custa das funções metalinguísticas, incluídas as pedagógicas.
- ❑ As variações provocadas na forma gráfica das unidades linguísticas por uma carência de convergência da escrita galega a respeito da própria das outras duas variedades (portuguesa e brasileira) não dificultam excessivamente a leitura analítica ou independente, sempre que exista uma certa proximidade fonológica entre as unidades representadas.

- As variações provocadas na forma gráfica das unidades linguísticas por uma carência de convergência entre as diversas variedades dificultam a leitura fluída ou dependente em função dos seguintes factores:
 - Grau de diferenciação gráfica⁴⁵ entre as duas representações.
 - Frequência de aparição no discurso da unidade linguística que é objecto da dupla representação.

Isto indica-nos que **o grau de convergência (entre as diversas variedades linguísticas) necessário para alcançar uma funcionalidade óptima depende fundamentalmente da diferenciação gráfica presente nas unidades linguísticas com maior frequência de aparição no discurso.** É aí justamente que devem centrar-se os esforços do planificador que deseja dotar o sistema gráfico da variedade convergente (neste caso a galega) de completa funcionalidade. Leves variações na forma gráfica das representações ficam quase indetectáveis no processo de leitura fluída⁴⁶, ao passo que as variações que afectam as unidades com menor frequência de aparição não interferem tanto no processo e acostumam ser já apreendidas, em qualquer caso, mediante um maior grau de intermediação fonológica, tanto se referidas à variedade própria como à(s) alheia(s). Isto último implica, também, que a grafização das unidades submetidas à alternância intervietal que apresentam menor frequência de aparição no discurso e/ou não fazem parte de paradigmas gramaticais, deve tender a ser realizada de modo fonológico, a fim de favorecer a sua ligação com as formas orais da variedade respectiva nos processos de apreensão textual intervietal. Assim, uma forma escrita, como <figem> (do verbo *fazer*), será mais facilmente apreendida pelos usuários luso-brasileiros se é posta em relação com aquilo que talvez tenham ouvido aos galegos pronunciar /‘fiʃeŋ/, do que o seria se fosse grafada suprafonologicamente mediante algum procedimento alternativo, p.ex: <fig>, <fize>, <fizem>, etc. E o mesmo acontece em sentido inverso: uma forma falada, como /‘fiʃeŋ/, será mais facilmente apreendida se é posta em relação com aquilo que nos textos galegos aparece usado em contextos em que o luso-brasileiro emprega <fiz>, do que o seria se <figem> fosse grafado mediante alguma outra representação que ocultasse, a nível morfológico, a sua feição fonológica: <fig>, <fizem>, <fiz>, etc. E, por último, para os galegos também será mais fácil identificar a forma falada /fis/ ou /fiʃ/ a partir daquilo que os usuários luso-brasileiros pronunciam e

⁴⁵ O grau de diferenciação gráfica refere-se exclusivamente à forma gráfica das unidades linguísticas. Do ponto de vista gráfico uma palavra como <vaca> seria mais próxima de <uaca> que de <baca>.

⁴⁶ Cfr. cat. *meva, teva, seva* vs. cat. de Valência *meua, teua, seua*.

escrevem <fiz> do que o seria se, na Galiza, à representação <fiz> se quigesse fazer corresponder suprafonologicamente uma pronúncia de tipo /'fijɐŋ/⁴⁷.

Quer dizer, o uso de formas de representação suprafonológica com fins de unificação supralectal é possível e desejável, mas quanto mais nos afastarmos dos contextos mais favoráveis (palavras e monemas não flexionáveis e com grande frequência de aparição no discurso) mais estaremos prejudicando as funções partituras e transcritoras, de grande protagonismo nestes processos de comunicação intervareta. O feito, pois, de termos «ocultado» na escrita ao falante luso-brasileiro que a pronúncia de <-ção> é realizada /θoŋ/ ou /soŋ/ polos galegos, não vai supor-lhe grande problema, após os primeiros contactos orais com galego-falantes. A mesma alternância /sãw/ vs. /θoŋ/, /soŋ/, presente em <canção>, repetirá-se para <sensação>, <nação>, <retribuição>, etc⁴⁸. Ora, se os galegos grafássemos <pôs> e quigéssemos fazer corresponder essa forma a uma pronúncia /'puʃo/, evidentemente estaríamos facilitando a leitura dos nossos textos nos demais países lusófonos, mas à custa de que esses textos não fossem aproveitados nem por luso-brasileiros nem por galegos como apoio ao conhecimento pasivo da dimensão falada das variedades respectivas. O falante luso-brasileiro sentiria-se tão estranhado perante uma pronúncia /'puʃo/ como o próprio galego perante uma pronúncia /pos/, experiência que logo se iria repetir com muitas

⁴⁷ Note-se, aliás, a preferência das línguas analíticas polas representações suprafonológicas frente à preferência das línguas aglutinantes polas representações fonológicas. As línguas românicas ocidentais, incluindo o galego-português, apresentam uma flexão nominal mais próxima da que possuem as línguas analíticas, ao carecer da categoria gramatical caso; mas a sua flexão verbal, pelo menos ao nível da língua escrita, é tão completa e tão complexa, em muitos aspectos, como a das línguas aglutinantes. Não acontece o mesmo no caso do francês falado nem no caso do brasileiro mais popular, obviamente. O japonês, uma língua aglutinante, emprega representações suprafonológicas (comuns ao chinês) para a representação das raízes das palavras, mas gerou silabários específicos que, a nível fonológico, servem para representar os morfemas gramaticais. Uma visão panorâmica sobre os diversos sistemas de escrita existentes mostraria-nos como, com efeito, se tende a evitar o suprafonologismo à hora de habilitar procedimentos de representação para os paradigmas gramaticais.

⁴⁸ De feito, é tal a frequência de aparição destas formas e o seu protagonismo no discurso que, se não forem unificadas as representações, os processos de apreensão textual intervareta veriam-se mui prejudicados. O leitor galego remeteria as formas de tipo <-ção> para pronúncias diferentes da sua própria, de maneira que a leitura em voz alta de um texto luso-brasileiro não seria realizada de igual jeito que a leitura de um texto galego, e o mesmo aconteceria em sentido inverso. Quer dizer, em termos práticos o galego-português contaria com duas versões diferentes de cada uma das palavras acabadas em <-ão>, que são das mais frequentes tanto no léxico como no discurso. Nem sequer no processo de leitura fluída, que, como dixemos, é realizada sem intermediação fonológica, tal circunstância deixaria de supor um problema, porquanto a grande diferença entre <-ção> e <-çom> quebra a imagem associada às palavras gráficas.

outras formas verbais. E tudo isto com independência do acréscimo das dificuldades de aprendizagem que tal sistema de representação, tão afastado da pronúncia, poderia ter para os escrevedores aprendizes galegos.

Pode argumentar-se que não parece especialmente positivo serem criadas (ou, melhor dito, não «ocultadas» graficamente) formas duplicadas em galego-português para certas palavras concretas e expressões (*cousa/coisa, polo/pelo, nenguma/nenhuma, fijo/fez, foche/foste...*); mas as vantagens derivadas de manter tais alternâncias superam claramente as desvantagens. A presença delas no discurso, não demasiado elevada, e/ou a sua feição gráfica, não demasiado diferencial, converte-as em «toleráveis» e alternâncias desse tipo acontecem também em muitas outras línguas⁴⁹.

XI. Conclusão

Até aqui unicamente esboçamos alguns apontamentos de tipo geral sobre a representação gráfica que têm por finalidade clarificar e servir como pontos de referência para os processos de grafização. Não pretendem ser mais do que um pequeno contributo teórico susceptível, ainda, de ser interpretado segundo as vontades e as perspectivas particulares de cada pessoa ou de cada grupo. Trata-se, num certo sentido, de uma série de directrizes que, no caso de serem levadas em conta, poderiam ainda ser actualizadas de múltiplas maneiras.

Em qualquer caso, e já adoptando uma perspectiva mais subjectiva, pensamos que a melhor escrita para o galego será aquela que reunir simultaneamente as seguintes condições:

⁴⁹ O catalão de Valência, por exemplo, apresenta uma conjugação verbal diferenciada, para além de outras singularidades, e isso não impede em modo algum a circulação dos textos valencianos na Catalunha ou nas Ilhas Baleares. O espanhol apresenta uma alternância que afecta 12 formas verbais de cada verbo: *cantara/cantase; hubiera sabido/hubiese sabido*, etc. Além disso, devem ser considerados os imperativos e segundas pessoas do espanhol argentino (*escuchá, tenés...*), de uso normal nesse país, mesmo em âmbitos formais ou na linguagem escrita. Alguns textos argentinos chegam por vezes a outros lugares do mundo hispânico causando estranheza quando não é conhecida esta variação ou quando descobrem os âmbitos em que é reflectida. No próprio português existem muitos outros exemplos de variação: *de uma/duma; tampouco/tão-pouco; touro/toiro; moita/mouta; perante/ante; até/até a; odeio/ódio; empregado/empregue; aceito/aceite; plenejamento; planeamento...*, etc.

- I. Apresentar as maiores facilidades para o desenvolvimento das funções transcritoras e partituras, especialmente as pedagógicas. Esta demanda afecta sobretudo as unidades linguísticas cuja aparição no discurso é mais esporádica. Para tentar satisfazer, no possível, este requerimento podem ser contemplados procedimentos gráficos adicionais para serem usados em textos de tipo pedagógico e em contextos a requererem, eventualmente, a realização de uma praxe transcritora ou partitural⁵⁰.
- II. Apresentar um alto nível de discricionariedade no que tem a ver com a representação das unidades linguísticas, sobretudo no relativo àquelas mais frequentes no discurso, de modo a favorecer as funções linguísticas interpretativa e simbólica (a leitura e escrita fluídas). Estas são as funções centrais dos sistemas gráficos e estão mui ligadas às representações de tipo suprafonológico.
- III. Apresentar uma ampla dimensão supralectal, quer dizer, dar «cobertura» ao maior número de variantes diatópicas (mas também diastráticas, diafásicas e até diacrónicas) que seja possível. Idealmente, essa «cobertura» deve apoiar-se nas formas gráficas históricas das quais partem as diversas variantes actuais. Isto contribui para ressaltar o entroncamento da língua com os seus estádios anteriores e, ao tempo, contribui, também, para chegar a norma a todas e cada uma das falas galegas, rebaixando, em conjunto, a sua carga prescritiva ou deslocando-a cara ao plano gráfico, onde é menos prejudicial. Mas a supralectalidade não pode ser contemplada como um Cavalo de Troia para pretender forçar, desde a escrita, a harmonização do código linguístico próprio da nossa variedade com o de um presumível padrão monocêntrico; pois mesmo que no nível gráfico tal harmonização fosse, em maior ou menor medida, assumida, não necessariamente iria provocar a tão desejada «harmonização» no campo da oralidade (*vid.* nota n. 27).
- IV. Permitir e estimular a sua operatividade no relacionamento com as outras variedades da língua galego-portuguesa. Um texto redigido na norma galega deve poder ser identificado por um português, um brasileiro ou qualquer outro cidadão lusófono como escrito dentro dos limites simbólicos que determinam a sua própria língua e deve poder ser lido sem demasiados esforços, quer dizer, mediante actos de leitura maioritariamente dependentes ou suprafonológicos. Também é importante que a recepção textual seja realizada na Galiza com referência à própria realidade fonética. Um texto luso-brasileiro deve ser lido e pronunciado como se fosse galego, ainda que persistam certas variantes morfológicas ou lexicais. Inclusive estas também devem remeter para as correspondentes pronúncias que teriam se fossem formas galegas.
- V. Permitir o entroncamento com a tradição literária (a medieval e, se possível, também a mais recente). Isto supõe também a preferência pola continuidade a respeito da(s) norma(s) que estão actualmente a agir na sociedade galega, a começar pela própria norma AGAL. É importante evitar, no possível, rupturas bruscas que puderem desorientar os usuários.
- VI. Conseguir inserir simbolicamente a Galiza na Lusofonia, mas sem comprometer a sua personalidade nacional. Isto é o que permite evitar a sensação de entreguismo entre os falantes. Deve ser uma norma surgida de e para o galego da Galiza.
- VII. Afastar simbolicamente o galego do castelhano, língua dominante numa situação de conflito linguístico em que o galego vê seriamente comprometida a sua sobrevivência como língua viva (função identitário-diferencial a respeito do castelhano). Quanto à função estratégico-aproximativa a respeito do castelhano, esta pode ser valorizável na escrita, mas sempre sendo desenvolvida por uma outra norma subsidiária (de tipo demótico) a carecer, idealmente, de qualquer função identitária. A esta situação, na Galiza, poderia conduzir-nos a própria evolução da dinâmica normativa num futuro não demasiado distante.

⁵⁰ Um exemplo disto poderia ser o uso opcional do trema em textos destinados a usos pedagógicos ou em contextos determinados, como a demarcação da pronúncia exacta de topónimos, de apelidos, etc.

- VIII. Apresentar, polo menos de início, um decidido carácter supragrupal, uma vocação clara de superar o quadro de fragmentação normativa do galego e as atitudes de tipo endogrupal, nucleadas em torno a certos grafemas que agem como símbolos aglutinadores. A escrita e a norma do século XXI deve ter como destinatários todos os galegos.

No que diz respeito à norma no seu conjunto, ultrapassando já o plano da representação gráfica, consideramos que às anteriores exigências cabe ainda acrescentar a procura do entroncamento com a linguagem falada actualmente na Galiza polos galegos do nosso tempo, de modo a reduzir, no possível, o seu componente prescritivo. Em conjunto, deve-se partir da realidade actual da língua, o que fará as nossas propostas mais realistas e estará em relação directa com a sua assuntibilidade por parte dos falantes, que também se sentirão mais identificados com ela; e tudo isto sem rechaçar ou invalidar qualquer das alternativas presentes nas outras variedades da nossa língua comum. Entre estas deve poder existir sempre uma osmose, de modo a estimular a sua evolução convergente e evitar a sua disgregação.

Dentro deste «realismo», que reclamamos, inclui-se também a consideração, na medida em que for conveniente, dos possíveis efeitos que a padronização isolacionista levada à frente nos últimos anos poda ter produzido na fala espontânea da Galiza, bem como a consideração das previsíveis mudanças a terem lugar neste modelo (*vid.* ponto VII *supra*). Todos estes factores poderiam fazer dela uma proposta ainda mais séria e rigorosa, evitando, no possível, a sensação de estarem a ser construídos castelos no ar. Em qualquer caso, a norma reintegracionista deve ser a norma que defina o modelo ideal de língua a ser usado polos galegos na sua experiência lusófona, antes do que uma «ponte» cara a qualquer outra realidade diferente.

Finalmente, ainda que não tivemos em conta este factor nem pareça sério fazê-lo, não queremos deixar de apontar, também, a necessidade de ter presentes uns certos critérios de índole estética. Algumas expressões que no quadro de valores culturais de uma determinada sociedade podem resultar aceitáveis, trasladados a outra podem provocar conotações mui diferentes. Afinal, como é óbvio, quaisquer expressões se podem acabar impondo se são decididamente promovidas por parte de um poder político soberano, modificando, assim, o esquema de valores da sociedade receptora dos termos promovidos (o qual pode não ser sempre desejável); mas tudo isso à custa de aumentar muito o carácter prescritivo da norma, o seu distanciamento a respeito dos

falantes. É provável que os galegos oponhamos uma certa resistência a «deitar» cartas nos correios, «levantar» dinheiro dos «caixas», falar polos «secretárias eletrônicos»..., e preferamos «botar» as cartas, «sacar» o dinheiro dos «caixeiros» ou deixar recados no «atendedor». Um bom «planificador» deve estar consciente destas limitações e, na medida do possível, valorizar todas as possibilidades existentes à hora de propor umas ou outras soluções. Cada caso concreto requererá uma solução particular, mas orientada cara ao conjunto. Não há critérios definitivos de validade universal; mas demandas contraditórias que exigem consenso e sentido comum para superar a contradição. A palavra chave é «equilíbrio».

XII. Bibliografía

- AGAL (1989): *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego* (I.L.G-R.A.G), Associação Galega da Língua, 2ª ed.
- AGAL (1985): *Prontuário Ortográfico Galego*, Associação Galega da Língua.
- Alonso Estraviz, Isaac (1987): *Estudos Filológicos Galegoportugueses*; ed. Alhena.
- Álvarez Cáccamo, Celso & Herrero Valeiro, Mário J. (1996): «O Continuum da Escrita na Galiza: entre o Espanhol e o Português», *Agália*, 46, pp. 143-156.
- Cupeiro Frade, Miguel (1993): *Considerações sobre o Uso do Til no Português da Galiza*, Cadernos do I.E.L.-G.
- Díaz Fouces, Óscar (1995): «Os Processos de Elaboração Linguística. A Propósito de ‘Ausbausprachen’», *Agália*, 41, pp. 5-18.
- Díaz Fouces, Óscar (1996): «Codificació ortográfica: el cas gallec, entre el portugués i l’espanyol», *Els Marges. Revista de llengua i literatura*, 57, pp. 104-114.
- Durão, Carlos (1989): «Breve caracterização prática da ortografia simplificada», em *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-portuguesa na Galiza 1987*, Associação Galega da Língua.
- Ferguson, Charles A. (1996): *Sociolinguistic Perspectives. Papers on Language in Society. 1959-1994*, Oxford University Press.
- Garvin, Paul L. (1964): *On Linguistic Method*, ed. Mouton & Co, Haia.
- Haugen, Einar (1972): *The Ecology of Language*, Standford University Press.
- Henriques Salido, Maria do Carmo (1984): «Relaçom entre a Fala e a Escrita. Problema Pedagógico», *O Ensino*, n. 7-10, pp. 201-204.
- Hudson, R. A. (1980): *Sociolinguistics*, Cambridge University Press.
- Labov, William (1972): *Sociolinguistic Patterns*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- Lapa; Manuel Rodrigues (1973): «A Recuperação Literária do Galego», *Grial*, 41, 1973, pp. 278-287.
- Monteagudo Romero, Henrique (1995, ed.): *Estudios de Sociolingüística Galega. Sobre a Norma do Galego Culto*, Galáxia.
- Monteiro Santalha, José-Martinho (1984): «Problema do Ensino da Língua na Galiza», *O Ensino*, n. 7-10, pp. 204-212.
- Monteiro Santalha, José-Martinho (1987): «O Reintegracionismo Lingüístico Galego-português», *O Ensino*, 4, pp. 43-54.
- Muljadic, Zarko (1995): «A Estandarización do Galego á Luz de Procesos Análogos noutras Línguas ‘Minorizadas’ Europeas», *Estudios de Sociolingüística Galega. Sobre a Norma do Galego Culto*, ed. Galáxia.
- Outeiro Garcia, José Manuel (1999): «A Estandarização Reintegracionista em Ricardo Carvalho Calero (1981-1990)», *Agália*, 59.
- Peres Rodrigues, J. Henrique (1997): «Sobre o Valor Simbólico das Grafias e a Funçom Coesiva da Linguagem», *Agália*, 49. (Uma versão deste trabalho também pode ser consultada na seguinte página web: www.uvigo.es/webs/h06/web573/persoal/henr/jhpr.htm).

Peres Rodrigues, J. Henrique (1999): «Para umha Classificação e Avaliação dos Sistemas Gráficos. Os Sistemas Gráficos do Galego-português e o do Espanhol», *Agália*, 57, pp. 103-129. (Tb. se pode consultar uma versão desde a página web: www.uvigo.es/webs/h06/weba573/persoal/henr/jhpr.htm).

Peres Rodrigues; J. Henrique (2000): «Especificidades do Galego-português como Língua-alvo da Tradução na Galiza», em *Estudos Dedicados ao Professor Ricardo Carvalho Calero*, Parlamento da Galiza — Universidade de Santiago de Compostela, pp. 759-769. (Tb. pode ser consultada uma versão deste trabalho desde a página web: www.uvigo.es/webs/h06/weba573/persoal/henr/jhpr.htm).

Piñeiro, Ramón (1973): «Carta a Don Manuel Rodrigues Lapa», *Grial*, 42, pp. 389-402.

Rodrigues Fagim, Valentim (2001): *O Galego (Im)possível*, Laiovento, Compostela.

Rodríguez Sánchez, Francisco (1991): *Conflicto Lingüístico e Ideoloxía na Galiza*, Laiovento, Compostela.

Sampson, Geoffrey (1997): *Sistemas de Escritura*, Gedisa, Barcelona.

* A ortografia empregada no presente artigo, ainda que tenta enquadrar-se dentro das directrizes nele propostas, não pretende constituir-se como exemplo nem como modelo a ser seguido; nem sequer como a melhor maneira de concretizar tais directrizes. Corresponde exclusivamente a uma opção de tipo pessoal que, por outro lado, em absoluto deve ser olhada como contraditória ou enfrentada com os diversos usos gráficos da tradição reintegracionista.

** Poderíamos contemplar, ainda, uma função de entroncamento com a fala espontânea, mas no plano da representação gráfica todas as normas propostas, a excepção, logicamente, do integracionismo gráfico-fonético, podem desenvolver esse papel. Noutros planos (morfossintáctico, lexical, etc.) esta função será de grande importância e determinará a maior ou menor participação do componente prescritivo presente em cada norma, o que estará em correlação directa com a sua viabilidade. Nesse quadro, a elaboração autónoma do galego pode facilitar muito as cousas. Tanto a variedade portuguesa como a brasileira (em maior medida esta última, talvez) admitem certos elementos que são comuns aos introduzidos no galego desde a língua dominante. Cingindo-nos ao campo lexical, por exemplo, vemos como no Brasil existem expressões como *trem* (vs. pt. *comboio*), *chiclete* (vs. pt. *goma elástica*), *o disquete* (vs. pt. *a disquete*), *noutras palavras* (vs. pt. *por outras palavras*)..., que servem para legitimar as mesmas formas presentes na fala espontânea da Galiza, embora procedentes do castelhano, como tantos outros termos aos quais, por coincidirem com as formas luso-brasileiras, ninguém discute a sua legitimidade: *avião*, *televisor*, *telegrama*, *circunferência*... e quase todo o léxico não patrimonial que está em boca dos galegos. Em ocasiões, são os próprios termos portugueses a coincidirem com o castelhano e, portanto, com o uso presente na Galiza: *fumador* (vs. br. *fumante*), *base de dados* (vs. br. *banco de dados*)... Mais ainda: esta área de variabilidade mesmo abre o caminho para a aceitação na norma galega, em proporção similar, de certos castelhanismos ou particularismos adicionais (*açafata de congressos?*, *siareiro?*, *beirarrua?*...) não presentes nas outras duas. A escolha de tais elementos a *conservar* seria completamente convencional e arbitrária, polo que reclamaria um consenso. O único critério válido seria a maior ou menor facilidade para os falantes substituírem conscientemente estas formas polas correspondentes alternativas luso-brasileiras, o que nos levaria mormente a considerações de tipo quantitativo. A finalidade última, seja como for, deveria ser a de rebaixar, no possível, a carga prescritiva presente na formulação normativa reintegracionista, o seu distanciamento a respeito da fala espontânea, afectando o menos possível a sua função identitário-diferencial a respeito do castelhano e a sua função estratégico-aproximativa a respeito do luso-brasileiro. O exemplo que constitui o galego-português falado no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, inequivocamente português apesar de apresentar alguns influxos do castelhano, é boa amostra de que este caminho não conduziria necessariamente ao hibridismo linguístico nem à descaracterização do idioma, mas sim tornaria a norma mais facilmente assuntível polos falantes a que está destinada. Afinal, um erro a evitarmos é justamente imaginar que estamos imersos num confronto linguístico-nacional que pode ser resolvido numa batalhinha simbólica *palavra por palavra*, extirpando ‘pérfidos’ castelhanismos e procurando unicamente o maior grau possível de distanciamento ‘normativo’ ou ‘teórico’ a respeito desse idioma, sem reparar na desconexão e o autismo que isso pode supor a respeito da realidade. É o código como conjunto, a sua funcionalidade e as suas possibilidades reais de implementação entre os usuários em condições em princípio adversas, o que deve ser contemplado em primeiro lugar. Essa é justamente a “batalha” real da língua galega na Galiza e desde o processo de planificação do *corpus* devem ser privilegiadas todas as opções que facilitem o triunfo final, o qual bem poderá incluir, para

surpresa de uns e de outros, a aceitação estratégica de alguns castelhanismos e/ou particularismos, combinados sabiamente e na sua proporção adequada de modo a conseguir uma norma dotada das maiores facilidades para enfrentar o processo de normalização. Falamos de uma norma de seu que permita ao galego usufruir as vantagens da sua condição de língua internacional sem comprometer a personalidade nacional do País, uma norma que afaste simbolicamente o galego da língua dominante sem, ao mesmo tempo, chegar a afastar-se tanto da fala espontânea como para tornar-se numa simples entelêquia ou num passatempo de linguistas.